



Alteração do Regulamento do Plano Petros do Sistema Petrobras
NÃO REPACTUADOS

Texto Vigente	Texto Proposto
	Teto do Salário de Participação: Valor máximo sobre o qual incide a contribuição para a Petros.

Todos os dispositivos do Regulamento onde constavam Plano Petros do Sistema Petrobras foram alterados para Plano Petros do Sistema Petrobras - Não Repactuados, tendo em vista a necessidade de distinguir os dois planos originados da cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras.





CF-046 /2015

Rio de Janeiro, 27 de ~~JULHO~~ de 2015.

Ao Presidente do
Conselho Deliberativo da
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros
Sr. Antônio Sergio Oliveira Santana

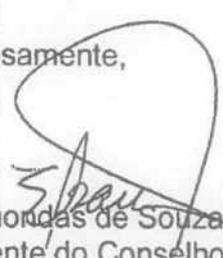
Assunto: Parecer Anual do Conselho Fiscal referente ao Exercício de 2014.

Senhor Presidente,

Encaminhamos a V. S^a o Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31-12-2014 e o extrato da Ata CF 477 do Conselho Fiscal, de 10-06-2015, contendo a decisão do Item 1 da Ata que deliberou sobre a matéria.

Agradecemos a V. S^a antecipadamente a atenção dispensada.

Atenciosamente,


Epaminondas de Souza Mendes
Presidente do Conselho Fiscal

Anexos: Parecer Anual do Conselho Fiscal.
Extrato da Ata CF 477, de 10-06-2015.

c/c: Conselheiros Deliberativos e Fiscais / Presidente da Petros



Extrato da Ata 477 do Conselho Fiscal, de 10, 11 e 12 de junho de 2015.

ATA 477 DO CONSELHO FISCAL

EXTRATO

10, 11 E 12-06-2015

Aos dez dias do mês de junho de 2015, na sede da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, na Rua do Ouvidor, 9º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, realizou-se a reunião extraordinária 477ª do Conselho Fiscal da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros sob a presidência do conselheiro Epaminondas de Souza Mendes com a participação dos conselheiros Ronaldo Tedesco Vilardo, Marcio Branco de Oliveira e José Eduardo Tavares Sobral Pinto. Participaram da reunião, a Gerente Executiva Administrativa e Financeira, Srª Renata Moreira Ferretti, o Gerente de Contabilidade, Sr. Sergio Martinho de Matos, a Gerente Executiva Atuarial e de Desenvolvimento de Planos, Srª Maria Alice Burlamaqui Araújo, o Gerente de Atuação, Sr. André Claudio Veiga Cunha de Mendonça, o Gerente Executivo Jurídico, Sr. Alexandre Barenco Ribeiro e os Auditores Independentes Externos, Sr. Alfredo Ferreira Marques, Sr. Fernando Marques, e a Srª Patrícia Hanzelmann, da empresa BDO RCS Auditores Independentes, em atendimento à solicitação descrita na carta CF-038/2015, de 29-05-2015. O Sócio-Consultor, Sr. Dionísio Jorge da Silva, e o Consultor, Sr. Leandro Augusto Teixeira da Silva, da empresa Consultorys Consultoria Ltda., participaram da reunião para prestar assessoria ao Conselho Fiscal durante a apreciação das Demonstrações Contábeis da Petros do Exercício de 2014 e do Relatório de Controles Internos do 2º Semestre de 2014. Às nove horas e trinta minutos foi iniciada a reunião.

ITEM 1 CF-037/2015 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA PETROS EXERCÍCIO 2014 – PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL.

Decisão: O Conselho Fiscal: a) tomou conhecimento do Relatório das Demonstrações Contábeis auditadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme memorando GAF-134/2015, de 07-05-2015; b) tomou conhecimento das informações prestadas pelos Auditores Externos Independentes da empresa BDO RCS Auditores Independentes; c) tomou conhecimento das informações prestadas pela Gerente Executiva Administrativa e Financeira, Srª Renata Moreira Ferretti, e pela Gerente Executiva Atuarial e de Desenvolvimento de Planos, Srª Maria Alice Burlamaqui Araújo, em atendimento à solicitação descrita na carta CF-038/2015, de 29-05-2015; c) emitiu o Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre a Gestão e as Demonstrações Contábeis da Petros do Exercício de 2014, com base nos votos apresentados pelos Conselheiros Epaminondas de Souza Mendes, Ronaldo Tedesco Vilardo, Marcio Branco de Oliveira e José Eduardo Tavares Sobral Pinto; e d) encaminhou o Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre a Gestão e as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2014 ao Conselho Deliberativo da Petros, acompanhado do Extrato da Ata CF 477, item 1, de 10-06-2015.



Extrato da Ata 477 do Conselho Fiscal, de 10, 11 e 12 de junho de 2015.

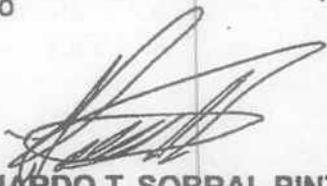
Às 18 horas do dia dez de junho de 2015, o Conselho Fiscal interrompeu a reunião. Registre-se que às nove horas do dia onze de junho de 2015, o Conselho Fiscal reiniciou a reunião extraordinária 477. Registre-se que às 18 horas do dia onze de junho de 2015, o Conselho Fiscal interrompeu a reunião. Às nove horas do dia doze de junho de 2015 a reunião foi reiniciada.

Nada mais havendo a tratar, às catorze horas do dia 12-06-2015, o Presidente encerrou a reunião da qual foi lavrado o presente Extrato de Ata que, depois de lido e aprovado, vai assinado pelo presidente Epaminondas de Souza Mendes e pelos conselheiros Ronaldo Tedesco Vilardo, Marcio Branco de Oliveira, José Eduardo Tavares Sobral Pinto e, por mim, Wagner Luiz Constantino de Lima, Secretário-Geral da Petros.


EPAMINONDAS DE SOUZA MENDES
Presidente


RONALDO TEDESCO VILARDO
Conselheiro


MARCIO BRANCO DE OLIVEIRA
Conselheiro


JOSÉ EDUARDO T. SOBRAL PINTO
Conselheiro


WAGNER LUIZ CONSTANTINO DE LIMA
Secretário-Geral



**PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO PETROBRAS DE
SEGURIDADE SOCIAL - PETROS**

Exercício 2014

Parecer CF nº 001/2015

Nas Reuniões CF 477 e 478, realizadas em 10, 11 e 12/06/2015, o Conselho Fiscal reuniu-se com os representantes da BDO RCS Auditores Independentes, para discussão dos trabalhos relativos ao exercício de 2014.

Segundo os auditores, não houve qualquer restrição à sua atuação que pudesse limitar o escopo dos trabalhos ou qualquer irregularidade que julgassem relevante reportar ao Conselho Fiscal.

A Petros confirma que atendeu todas as demandas da Auditoria e que não tem conhecimento da existência de responsabilidades contingentes que pudessem afetar adversamente a situação patrimonial da Entidade, além daquelas informadas aos auditores independentes e mencionadas em notas explicativas.

Em conformidade com o inciso II do art. 33 do Estatuto Social da Fundação e consoante o que estabelece a letra "j", do item 17, Anexo "C", da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, os conselheiros fiscais apreciaram as Demonstrações Contábeis Consolidadas (Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa) e Individuais por Plano de Benefícios (Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido e Demonstração das Provisões Técnicas) do exercício financeiro de 2014, consubstanciadas pelos Pareceres Atuariais, assim como pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela Empresa BDO RCS Auditores Independentes, razão das seguintes recomendações ao Conselho Deliberativo:

1. Plano TAPMEPrev

1.1. O Conselho Fiscal **recomenda** a aprovação das Demonstrações Contábeis, alertando para a Nota Explicativa 2.5, que trata da existência de débito de R\$ 5.600 mil, referente às contribuições em atrasos, que estão sendo objeto de negociação entre a Petros e a Patrocinadora.

2. Planos PETROS PQU, PETROS BRASKEM, PETROS ULTRAFÉRTIL, PETROS COPELUL, PETROS LANXESS, PETRO NITRIFLEX/DSM, REPSOL YPF, CONCEPA, DBA, TRANSPETRO, TRIUNFO VIDA, ALESAT, IBP, PQU PREVIDÊNCIA, COPELULPREV, MISTO SANASA, MANGUINHOS, TERMOPREV, FIEPEPREV, TBG, PTAPREV, PREVFIAPA, PREVFIAPA, GASPREV, PETRO-RG, LIQUIGÁS, SULGASPREV, SIMEPREV, IBAPREV,



CULTURAPREV, SINDMED/RJ, CROPREV, CRAPREV, ADUANAPREV, ANAPARPREV, FENAJPREV, PREVITTEL, UNIMED BH, COOPERADO, PREVICONTAS, PREV-ESTAT, CRCPREV, PREVITÁLIA, PREVTRAN E ESPORTEPREV

2.1. INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS PARA CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DOS PLANOS

A documentação examinada indica déficits de custeio administrativo, suportados no exercício de 2014 pelos Fundos Administrativos dos Planos Petros do Sistema Petrobras e Petros 2. Ocorre que, de acordo com o entendimento do Conselho Fiscal, devidamente referendado pela PREVIC, tal prática contraria a legislação vigente (Resoluções CGPC nºs 14 e 29) e foi considerada "imprópria" (Ofícios 4186/2012/CGMC/DICAE/PREVIC, de 13-11-2012). Por conseguinte, a PREVIC recomendou que tais déficits fossem supridos com recursos do patrimônio dos referidos planos, haja vista o risco de ocasionar desequilíbrios, principalmente para aqueles planos com poucos participantes e patrimônio social reduzido, levando à sua inviabilidade e à consequente extinção. A nosso ver, apesar da PREVIC referir-se à sistemática adotada pela Petros como mera "impropriedade", fato é que estamos tratando de descumprimento de preceitos legais. Por outro lado, se é bem verdade que tal "impropriedade" seria de menor gravidade, caso os valores supridos aos planos deficitários fossem tempestivamente ressarcidos, fato é que a persistência nessa prática ao longo dos últimos anos, sem o devido reembolso, dá uma outra dimensão ao problema. Principalmente quando nos vemos diante de um cenário no qual não se vislumbra qualquer perspectiva de que tais valores serão ressarcidos. Isso está gerando o enriquecimento indevido de alguns planos, em detrimento do PPSP e do Plano Petros 2, haja vista a velha máxima da circulação monetária, no sentido de que para que alguém ganhe é necessário que um outro alguém perca. Este problema é agravado pelo fato de não haver um controle contábil efetivo dos valores supridos até a presente pelo PPSP e Plano Petros 2, o que não nos permite, sequer, inferir o montante em comento. Ademais, inúmeras solicitações do Conselho Fiscal, visando à contratação de auditoria específica para averiguação desses valores, foram negadas pela Administração da Petros, que, somente agora, informou-nos que, apesar de não autorizar a contratação, iria disponibilizar um profissional da própria Entidade para realização da aludida auditoria. Assim sendo, em virtude (i) da persistência do problema ao longo de 2014; (ii) do não atendimento à orientação da PREVIC, (iii) dos déficits apresentados no ano de 2014 e (iv) da informação da Petros de que esta prática persistirá ao longo dos anos de 2015 e 2016, o que agravará, sobremaneira, a situação (v. GPF-067/2013), o Conselho Fiscal não recomenda a aprovação das referidas Demonstrações Contábeis dos planos mencionados neste item 2.

3. Planos PETROS DO SISTEMA PETROBRAS E PETROS-2

3.1. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO PGA PARA CUSTEIO DE PLANOS INSUFICIENTES

No memorando GPF-067/2013, de 19-08-2013, a Petros formalizou a intenção de não repor os recursos retirados desses Planos para custear os demais planos deficitários, além de ter informado que essa prática persistiria nos anos de 2014, 2015 e 2016, de forma a alcançar o

equilíbrio administrativo dos referidos planos, ou seja, desconsiderando a orientação emanada do Ofício nº 4186/2012/CGMC/DICAE/PREVIC. Adicionalmente, negou ao Conselho Fiscal o direito de, no exercício de suas prerrogativas, contratar consultoria externa para apurar o total dos valores repassados a título de custeio administrativo dos demais planos citados no item 2, o que coloca o Conselho Fiscal em uma situação de incerteza e insegurança, por não nos permitir aferir a exata dimensão deste problema e o seu impacto financeiro nos Planos Petros do Sistema Petrobras e Petros 2 (CF-019/2013, ratificada pela CF-043/2013).

3.2. SALDO DEVEDOR DOS TERMOS DE COMPROMISSOS FINANCEIROS CELEBRADOS COM A PETROBRAS

A Petros também negou ao Conselho Fiscal o direito de contratar auditoria externa para calcular o saldo devedor dos Termos de Compromissos Financeiros, cujo valor na data-base de 31-12-2012 foi alterado 03 (três) vezes, sempre com a interveniência da patrocinadora (CF-166/2013). Em 31-12-2013 o saldo devedor desses Termos foi 44,3% superior ao saldo existente em 31-12-2012 e esta variação causou impacto positivo no déficit técnico do exercício de 2013 do Plano Petros do Sistema Petrobras, reduzindo-o de R\$ 8,3 bilhões para R\$ 5,4 bilhões.

3.3. FUNDO PREVIDENCIAL

A Petros criou em 2014 um Fundo Previdencial, no valor de R\$ 2,9 bilhões, conforme Nota Técnica da Mirador, para atender ao acordo com os Assistidos do PPSP, vinculados à Petrobras e à BR Distribuidora. O acordo trata da revisão de benefícios, para contemplar os níveis concedidos em 2004, 2005 e 2006, e tem como Fontes de Custeio a Rentabilidade dos recursos do Fundo Previdencial e o patrimônio do PPSP. Esta decisão diverge do que dispõe o Regulamento do PPSP, que em seu inc. IX, art. 48, prevê que a responsabilidade pelos encargos adicionais é das patrocinadoras, na proporção de suas contribuições. Ainda que se entenda que em relação a estes encargos também deveria ser observada a paridade, somos da opinião de que a Petros deveria compartilhar esse custo com a Petrobras e com a BR Distribuidora. Neste sentido foram prolatadas várias decisões judiciais, atribuindo à Petrobras a condição de solidária nas ações que serviram de base para celebração do Acordo, que estendeu os ganhos judiciais aos participantes assistidos que não ajuizaram ações. Pelos motivos expostos nos itens 3.1, 3.2 e 3.3, o Conselho Fiscal **não recomenda** a aprovação das Demonstrações Contábeis dos planos mencionados no item 3.

4. Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa e Notas Explicativas) - o Conselho Fiscal **não recomenda** a sua aprova o, por todas as razões acima citadas.

5. RESSALVA E ÊNFASES

Carteira Ativa III Fundo de Investimentos em Ações LITEL

5.1. Destacamos a ressalva efetuada na Nota Explicativa nº 4.5 do parecer dos auditores independentes (BDO), a Petros detém investimentos na Carteira Ativa III Fundo de Investimentos em Ações ("Fundo"), que, por sua vez, possui ações de emissão da Companhia Litel Participações S.A., no montante de R\$ 3.171.857 mil, avaliadas com base em Laudo elaborado por empresa especializada, contratada pela Administração do Fundo. O estudo técnico utilizado para determinação do valor justo do investimento do Fundo na Litel Participações S.A. indica que o valor econômico apurado na investida Vale S.A. (principal ativo da Litel Participações S.A.) encontra-se acima daquele estimado pelo mercado. Adicionalmente, segundo o referido Laudo de Avaliação, não há certeza sobre a realização do prêmio de controle atribuído ao valor das ações da Litel Participações S.A.. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2014, o valor do investimento nas ações da Litel Participações S.A. e o patrimônio líquido do Fundo estão superavaliados por estes efeitos, em R\$ 990.462 mil e o prejuízo do Fundo, relativo ao exercício findo naquela data está subavaliado em R\$ 189.393 mil. Dada à relevância dos valores mencionados no parecer dos auditores independentes, pode-se concluir que, caso confirmadas, as divergências apontadas podem modificar significativamente o resultado do PPSP e demais planos da Entidade que se mantém como investidores neste ativo. Ademais, essa incerteza também pode deflagrar a necessidade de criação de um plano de equacionamento em 2015, para aplicação a partir de 2016, caso venha a ser constatado déficit atuarial superior a 10% (dez por cento), conforme disposto no art. 21 da Lei Complementar 109/2001 e na Resolução CGPC nº 26/2008. Destarte, o Conselho Fiscal manifesta sua concordância com a ressalva apontada no parecer dos Auditores Independentes (Nota Explicativa nº 4.5) e recomenda que a PETROS avalie as seguintes providências a serem tomadas, de imediato: *a)* contratar 3 (três) empresas capacitadas, visando à reavaliação do ativo Litel. É importante que essas novas avaliações sejam realizadas por empresas que não tenham avaliado anteriormente o ativo para nenhum dos seus demais titulares e nem para o Administrador do Fundo. Recomenda-se que as reavaliações sejam feitas com a maior brevidade possível, haja vista que de seu resultado poderá concluir-se pela necessidade de estabelecimento de um plano de equacionamento de déficit atuarial; *b)* analisar a conveniência de criar-se, desde já, um plano para equacionamento do atual déficit, visando mitigar seu impacto e o volume de recursos financeiros que serão necessários para sua futura recomposição. Isso porque, a despeito da obrigatoriedade de estabelecimento de um plano de equacionamento quando o déficit superar 10% do exigível atuarial, nada impede que, por cautela, este plano seja iniciado antes de atingido este percentual. Destacamos que as duas sugestões acima formuladas tiveram por base a prudência e o conservadorismo, que devem nortear a atuação dos conselheiros fiscais e dirigentes da Petros, consoante disposto no art. 12 § 2º, da Resolução CGPC nº 13/2004.

5.2. Alertamos ainda para as ênfases do relatório dos Auditores Independentes relativas a:

- a) Atraso no cronograma de contratação de recursos do FIP SONDAS;
- b) Avaliação dos investimentos na INVEPAR;





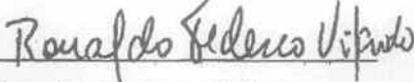
- c) Avaliação dos investimentos na Norte Energia S.A. (Belo Monte);
- d) Expurgos inflacionários relacionados às OFNDs;
- e) Situação patrimonial dos planos de benefícios Plano Petros do Sistema Petrobras e Plano Petros Ultrafértil, cujas insuficiências patrimoniais registradas na conta de Equilíbrio Técnico, nos montantes de R\$ 6.193.130 mil e R\$ 239.625 mil, que representam 9,44% e 20,44% do saldo das Provisões Matemáticas, respectivamente, estarão sujeitas a equacionamento caso o referido déficit se mantenha no próximo exercício, no caso do Plano Petros do Sistema Petrobras e até o final do Exercício de 2015, no caso do Plano Petros Ultrafértil;
- f) Investigação da Petrobras extensiva à Entidade;
- g) Inquérito em trâmite na Polícia Federal;
- h) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior referente aos seguintes assuntos: insuficiência de recursos para custeio administrativo dos planos de benefícios, ajuste do cálculo do patrimônio disponível dos contratos pré-70, situação patrimonial dos planos de benefícios e expurgos inflacionários relacionados às OFNDs.

Diante do exposto, o Conselho Fiscal não recomenda a aprovação das referidas demonstrações, solicitando o encaminhamento do presente Parecer ao Conselho Deliberativo e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em cumprimento ao item 17, do anexo “C”, da Resolução do CNPC nº 08, de 2011. Abaixo os conselheiros Epaminondas de Souza Mendes e Ronaldo Tedesco Vilaro apresentam suas razões adicionais a este parecer.

Rio de Janeiro/RJ: 17 de julho de 2015.



Epaminondas de Souza Mendes
Presidente do Conselho Fiscal



Ronaldo Tedesco Vilaro
Conselheiro Fiscal



Marcio Branco de Oliveira
Conselheiro Fiscal



José Eduardo Tavares Sobral Pinto
Conselheiro Fiscal



A seguir os conselheiros fiscais Epaminondas de Souza Mendes e Ronaldo Tedesco Vilaro apresentam suas razões adicionais para sua recomendação de não aprovação das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Fundação (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa e Notas Explicativas):

Preliminares:

- O Conselho Fiscal solicitou que a PETROS disponibilize para análise, cópia da Carta Comentário/Relatório de Controle Interno elaborado pelos Auditores Independentes BDO relativo ao exercício de 2014 que até o momento não nos foi apresentada;
- O Conselho Fiscal solicitou ainda que sejam apresentadas também as Cartas Comentários/Relatórios de Controles Internos referentes aos 3 (três)  ltimos exercícios sociais (2013, 2012 e 2011) cujos serviços de auditoria independente estiveram sob a responsabilidade da BDO, que até o momento não nos foram apresentadas;
- O Conselho Fiscal não tem conhecimento do resultado da investiga o em andamento de empresa especializada contratada por determina o do Conselho Deliberativo para apurar as não conformidades encontradas nos procedimentos que resultaram nos investimentos cujos resultados duvidosos estão provisionados e foram citados no item C abaixo;

Considera es iniciais:

a) Do Parecer da Auditoria Independente:

- O Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela BDO – Auditores Independentes não cumpre na íntegra o que preconiza a Resolu o o CNPC n  8, de 31/10/2011, que no seu anexo “C”, item 29.1 que exige “O parecer dos auditores independentes deverá conter opinião sobre o consolidado, e individual sobre cada plano de benefícios e o plano de gestão administrativa”, sendo apresentado ao Conselho Parecer consolidado sem as identifica es dos CNPB dos planos de benefícios e do PGA;
- Não constou no Relatório/Parecer dos Auditores parágrafo de opinião sobre o crescimento das demandas judiciais contra a PETROS, as quais representaram em 2014, 3,90% do Ativo Líquido do Plano Petros do Sistema Petrobrás. Ao considerarmos os Passivos Contingentes em situa o de Possível êxito dos demandantes no valor de R\$ 852.755 mil, conforme Nota Explicativa n  8 o montante de a es judiciais contra o Plano Petros do Sistema Petrobras corresponde a R\$ 3.264.135 mil, passando a representar 5,28% do Ativo Líquido do plano;
- Não existe parágrafo de Opinião no Relatório/Parecer sobre o Termo Financeiro AOR, sem indica o se os valores apurados estão em convergência com as cláusulas do Termo, uma vez que, este Conselho vem contestando os critérios e os cálculos apresentados nos exercícios de 2012 e 2013, inclusive, ensejaram requerimento de uma auditoria específica sobre os mesmos;
- Não constou parágrafo de Opinião no Relatório/Parecer sobre o crescimento das provisões para perdas com investimentos, a qual representou uma evolu o em rela o a 2013 da ordem de 42% e no caso do Plano Petros do Sistema Petrobras as referidas provisões impactaram o Déficit Acumulado em 10,76%. Os provisionamentos de vários títulos estão registrados parcialmente, atendendo os critérios da IN/SPC 34/2009, estas provisões

6
A



referem-se somente a carteira própria da PETROS, não estão somadas as provisões dos títulos que constam dos portfólios dos fundos de investimentos. Assim, a estimativa mais conservadora indica que em 2015 o montante dessa provisão poderá ficar na ordem de R\$ 1 bilhão, impactando, ainda mais o déficit do plano;

b) Das ações Judiciais contra PETROS:

- Houve um crescimento no Exigível Contingencial Consolidado (demandas judiciais) de 33% em relação a 2013, sendo da Gestão Previdencial (demandas contra os planos) de 32% e Gestão Administrativa (PGA) com 114%, representando 3,75% do Patrimônio Social.. Em 2013 a representatividade era de 2,94%;
- O crescimento no Exigível Contingencial (demandas judiciais) do plano Sistema Petrobras cresceu 36% em relação a 2013, representando 3,90% do Ativo Líquido. Em 2013 a representatividade era de 2,91%, considerando os Passivos Contingentes essa representatividade será 5,28%. Conforme consta da Nota Explicativa nº 7;
- A Petros não providencia a cobrança do regresso contra a patrocinadora Petrobrás nas ações em que há condenação solidária com a patrocinadora;
- A Petros não toma procedimentos para cobrar as custas judiciais da patrocinadora Petrobrás nas ações em que há condenação solidária coma patrocinadora;

c) Provisões Para Perdas com Investimentos:

- As Provisões para Perdas com Investimentos alcançaram em 2014 ao montante de R\$ 742.443 mil, representando 1,09% do Ativo de Investimentos Consolidado. Em 2013 o saldo foi de R\$ 523.555 mil, representando 0,79%. Houve crescimento dos provisionamentos em 2014 em 41,81%. A seguir a composição das provisões e respectivos títulos:

TÍTULOS	VALOR DA PROVISÃO	PART. %
CCB	R\$ 305.009.624,76	41,1%
CCCB	R\$ 27.228.710,18	3,7%
CDB	R\$ 1.329.356,98	0,2%
DNC	R\$ 37.062.594,09	5,0%
CRI	R\$ 76.160.623,16	10,3%
DC	R\$ 13.581.225,28	1,8%
CCI	R\$ 268.076.090,57	36,1%
FI	R\$ 2.159.797,97	0,3%
IMOV	R\$ 7.145.730,05	1,0%
EMPRES	R\$ 4.688.788,60	0,6%
TOTAL	R\$ 742.442.541,64	100,0%

- Observa-se que as maiores perdas foram nas aplicações em CCB e CCI, totalizando R\$ 573.085 mil, representando 77% das perdas. As mesmas em 2015 podem chegar à casa de R\$ 1 bilhão, pois em 2014 várias provisões não foram feitas integralmente em função do critério estabelecido na IN/SPC 34/2009, além de outros possíveis defaults. Os valores apresentados referem-se somente a carteira própria, não estão inclusos os valores das

provisões dos títulos que compõem os portfólios dos fundos de investimentos. O detalhamento analítico das provisões e emissores, consta da Nota Explicativa 4.8;

- As Provisões para Perdas com Investimentos do Plano Petros do Sistema Petrobras alcançaram em 2014 o montante de R\$ 666.486 mil, representando 1,25% do Ativo de Investimentos do Plano. Tais provisões contribuíram em 10,76% para composição do Déficit Acumulado em 2014. A seguir a composição das provisões e respectivos títulos no Plano Petros do Sistema Petrobras:

TÍTULOS	VALOR DA PROVISÃO	PART. %
CCB	R\$ 278.592.539,33	42%
CCCB	R\$ 22.343.577,91	3%
DNC	R\$ 32.979.631,97	5%
CRI	R\$ 64.190.560,07	10%
DC	R\$ 11.144.602,88	2%
CCI	R\$ 245.208.561,79	37%
FI	R\$ 1.772.306,28	0%
IMOV	R\$ 6.633.445,93	1%
EMPRES	R\$ 3.620.980,57	1%
TOTAL	R\$ 666.486.206,73	100%

Observa-se que as maiores perdas foram nas aplicações em CCB e CCI, totalizando R\$ 523.800 mil, representando 79% das perdas.

d) Outros assuntos que ficaram pendentes:

- Ficam mantidas as recomendações de números 1 a 8, contidas nos Pareceres do Conselho Fiscal referentes aos exercícios financeiros de 2002 a 2013, correspondentes a assuntos pendentes não solucionados em 2014:

Ratificando as recomendações constantes deste Parecer CF-01/2013 e dos Pareceres referentes aos exercícios de 2003 a 2012:

1 – Segundo a Ação Civil Pública movida por 14 sindicatos e a Federação Única dos Petroleiros, as NTN-B, com as quais a Petrobrás supostamente quitou a dívida do Grupo Pré-70 e supostamente pagou a migração para o Plano Petrobrás Vida (PPV), foram contabilizadas na saída da Petrobrás pelo valor de cerca de R\$ 1,8 bilhão, mas entraram na Petros pelo valor de face, cerca de R\$ 8 bilhões. É necessário esclarecer como foi contabilizada a diferença, que não foi paga, prejudicando os participantes;



2 – É preciso uma análise de jurista independente, de notável saber, para opinar sobre a implantação da paridade contributiva, revogando um contrato assinado em 1996 entre as patrocinadoras e a Petros, que estabeleceu o plano de custeio em vigor, infringindo cláusula pétrea da Constituição Brasileira: o direito adquirido. O Conselho Fiscal solicitou essa contratação ao Conselho Deliberativo, mas como é o desejo da patrocinadora o CD está protelando. O Conselho Fiscal, usando as prerrogativas da Resolução CGPC, nº 13, reitera o pedido de licitação para esse fim.

3 – Faz-se necessária a opinião de perito atuarial contratado, também sob supervisão do Conselho Fiscal, para analisar a consistência atuarial do plano. Temos constatado uma postura altamente conservadora da atuária da Petros. Foi declarado em várias reuniões deste colegiado, que a postura da atuária da Petros é garantir superávits. Por exemplo, o déficit de cerca de R\$ 2,6 bilhões causado pelas aposentadorias pelo INSS em que os participantes continuam trabalhando na Petrobrás, além do cálculo da aposentadoria estar sendo concedido com 100% do Salário da ativa, não se confirma. Entretanto, não foi revisto como deveria. Esses e outros fatores, como o uso da tábua AT-2000 gerarão superávit enorme no futuro, mas penalizam os atuais beneficiários. E quem ficará com esse superávit? Um plano não é feito para gerar superávits, mas para garantir equilíbrio e pagar benefícios durante toda a sua existência.

4 – O Termo de Ajuste, do AOR é, ao ver do Conselho Fiscal, lesivo aos cerca de 90.000 participantes do Plano Petros, com a média superior a dois dependentes por participante, representa cerca de 300.000 pessoas. Por esse Termo, as patrocinadoras mesmo tendo reconhecido a procedência de alguns itens da Ação Civil Pública que cobra a dívida se propõem a pagar esta parte só depois de decorridos 20 anos. Com isto, a dívida se dissipará, inclusive em face das seguidas previsões atuariais conservadoras que vêm gerando sucessivos déficits. É necessária análise judicial por jurista e atuário independentes. Com os erros identificados agora no fechamento de 2012 de atualização do AOR com relação aos Pré-70, já citado, cresce em importância a necessidade de uma auditoria externa independente em todo o AOR. Em paralelo, a Petros tem que cobrar as dívidas da Patrocinadora Petrobrás Distribuidora - BR e os itens remanescentes, não negociados, da Ação Civil Pública junto à Petrobrás, inclusive judicialmente, como manda a Legislação.

Notar que o AOR já não vinha sendo cumprido com relação à eleição pelos Participantes e Assistidos dos Diretores de Administração e Benefícios que era prevista pelo AOR para os anos de 2007 e 2008 e até a presente data não realizada. Agora com a correção do valor financeiro dos títulos pelo valor de mercado configura-se novo descumprimento do AOR que na sua cláusula 2.1 prevê a correção dos títulos pelo IPCA mais 6% (seis por cento).



5 – É preciso exigir anualmente, sem necessidade de medida judicial, que a Petrobrás cumpra o contrato de 1996 e assuma a sua responsabilidade sobre o custeio do Grupo Pré-70 conforme acertado naquele mesmo ano, corrigindo, inclusive, esse compromisso o seu débito devido às mudanças das tábuas de mortalidade atualizando e aportando os recursos necessários, o que não pode depender de qualquer tipo de novo acordo. Cabe lembrar, que essa segunda, e paralela, forma de custeio do atual Plano Petros do Sistema Petrobrás, decorrente do acordo assumido isoladamente pela, então, Patrocinadora Instituidora acarretou a separação e redução das suas próprias "outras contribuições" em conjunto com as demais patrocinadoras do Plano BD Original, de 22% para 12,95%, o que deve ser considerada em separado quando das avaliações anuais do atual Plano das empresas do Sistema Petrobrás do tipo Benefício Definido, este decorrente da ilegal "separação de massas" que ainda está "sub judice".

6 – Na Reunião CF 255, ocorrida em 15-03-2005, os atuários independentes apresentaram relatório de serviço de consultoria realizada em 2003, que constatou a inviabilidade de realização de qualquer verificação de benefícios que fosse confiável. Recentemente, a própria SPC constatou o estado lastimável do cadastro de participantes do Plano Petros, sendo inaceitável o descaso da diretoria com os donos do Fundo. O levantamento feito por empresa especializada, constatou que cerca de 36% das fichas cadastrais dos participantes está em más condições. Isto é de uma inaceitável irresponsabilidade com os participantes. Esse Conselho Fiscal sugere enérgicas providências da Diretoria, especialmente da Diretoria de Benefícios.

7 – O que também não pode ser relevado é a prática de retirada de patrocínio que tem trazido aflição e enormes prejuízos aos participantes e assistidos, como nos casos da Braskem e da Refinaria de Manguinhos, com risco inclusive de responsabilização judicial à Petros pela suspensão da cobrança das contribuições desde o pedido da retirada, contrariando o Convênio de Adesão assinado pelas patrocinadoras que só autoriza tal suspensão após a aprovação do pedido pela PREVIC. Junte-se

8 – Reiteramos a recomendação, por necessária, da avaliação do impacto atuarial da repactuação, por perito independente e apresentação desse resultado ao Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal reitera que sejam atendidas com urgência as informações já solicitadas: Quanto têm sido os gastos com ações judiciais com recursos dos participantes e contra eles, incluindo multas por ações procrastinatórias aplicadas pelo poder judiciário contra a Petros e bancadas pelos participantes.

d) Assuntos pertinentes:

– O Conselho Fiscal não encontrou justificativa (ou recurso administrativo ou judicial) por parte da Diretoria da Petros para a não execução do necessário reposicionamento dos valores



dos Fundos Individuais de Retirada dos participantes e assistidos dos planos Petros Copesul e Petros PQU, determinada pela Previc através do expediente Ofício nº 1736/CGFD/DIFIS/PREVIC de 19 de maio de 2014, conforme o item 4 do Despacho nº 119/2014/CGTR/DITEC/PREVIC.

- As retiradas de patrocínio dos planos Petros PQU e Petros Copesul, que finalizaram no início do ano de 2015 com a Administração Especial instituída pela Previc na Petros poderá ensejar novos processos judiciais dos participantes e assistidos daqueles planos em retirada exatamente pela não correção dos Fundos Individuais de Retirada dos participantes e assistidos daqueles planos, determinada pela Previc.
- Observe-se que o próprio Administrador Especial também não cumpriu a determinação do órgão fiscalizador.
- Neste parecer reiteramos a solicitação do Conselho Fiscal formulada através da carta CF-019-2013, de 14-02-2013, e ratificada pela CF-043/2013, de 08-05-2013;
- Neste parecer reiteramos a solicitação do Conselho Fiscal formulada através da carta CF-166/2013, de 27-11-2013.
- Neste parecer reiteramos a recomendação de envidar esforços no sentido de solucionar as inconsistências cadastrais cuja diferença entre o número de assistidos é de 2.106 entre Relatório de Atividades e o informado para a Previc nas Demonstrações Atuariais.
- Observe-se que para o Exercício 2014 houve alteração da Tábua de Mortalidade do Plano Petros do Sistema Petrobrás de AT-2000 para Experiência Petros 2013, com alteração da taxa de juros de 5,5% para 5,63%.

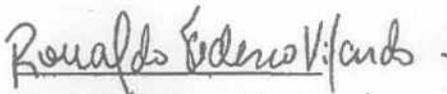
Em relação ao item 5. RESSALVA E ÊNFASES, Carteira Ativa III Fundo de Investimentos em Ações LITEL, sub-item 5.1. e a recomendação constante da alínea b), referente a *"analisar a conveniência de criar-se, desde já, um plano para equacionamento do atual déficit, visando mitigar seu impacto e o volume de recursos financeiros que serão necessários para sua futura recomposição"* os conselheiros Epaminondas de Souza Mendes e Ronaldo Tedesco Vilardo se posicionam contrários, em função das razões adicionais expostas acima.

Diante do exposto, os conselheiros eleitos abaixo-assinados não aprovam as referidas demonstrações e recomendam que o presente Parecer seja encaminhado ao Conselho Deliberativo e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em cumprimento ao item 17, do anexo "C", da Resolução do CNPC nº 08, de 2011.

Rio de Janeiro/RJ: 17 de julho de 2015.



Epaminondas de Souza Mendes
Presidente do Conselho Fiscal



Ronaldo Tedesco Vilardo
Conselheiro Fiscal



CF- 064/2014

Rio de Janeiro, 18 de março de 2014.

Ao Presidente do
Conselho Deliberativo da
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros
Sr. Diego Hernandes

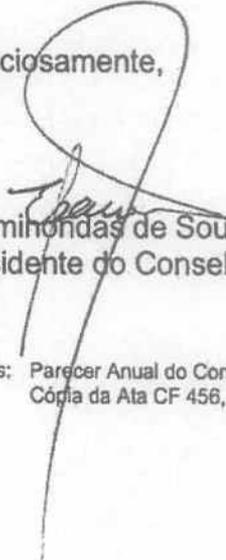
Assunto: Parecer Anual do Conselho Fiscal referente ao Exercício de 2013.

Senhor Presidente,

Encaminhamos a V. S^a o Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31-12-2013 e a cópia da Ata CF 456 do Conselho Fiscal, de 12-03-2014, que deliberou sobre a matéria.

Agradecemos a V. S^a antecipadamente a atenção dispensada.

Atenciosamente,



Epaminondas de Souza Mendes
Presidente do Conselho Fiscal

Anexos: Parecer Anual do Conselho Fiscal.
Cópia da Ata CF 456, de 12-03-2014.

c/c: Conselheiros Deliberativos e Fiscais / Presidente da Petros

**PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL
DA FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS**

Exercício 2013

1. O Conselho Fiscal da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros examinou as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Social e do Plano de Gestão Administrativa, bem como as Demonstrações individuais, por plano de benefícios, do Ativo Líquido, da Mutação do Ativo Líquido e das Provisões Técnicas, acompanhados das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.
2. Constatamos que os Auditores Independentes BDO RCS Auditores Independentes emitiram, em 07-02-2014, parecer sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31-12-2013, sem ressalvas, com ênfase destacada sobre a insuficiência de recursos para o custeio administrativo da maioria dos planos de benefícios.
3. Nas Reuniões CF-452 e CF-456, realizadas em 29-01-2014 e 12-03-2014, o Conselho Fiscal reuniu-se com os representantes da BDO RCS Auditores Independentes, para discussão dos trabalhos relativos ao exercício de 2013. Segundo os auditores, não houve qualquer restrição à sua atuação que pudesse limitar o escopo dos trabalhos ou qualquer irregularidade que julgassem relevante reportar ao Conselho Fiscal.
4. Mediante carta de conforto emitida em 07-02-2014 (PRES-35/2014), a Petros confirma que atendeu todas as demandas da Auditoria. Este documento também menciona que a Administração da Entidade não tem conhecimento da existência de responsabilidades contingentes que pudessem afetar adversamente a situação patrimonial da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, além daquelas informadas aos auditores independentes e mencionadas em notas explicativas.
5. Em conformidade ao inciso II do art. 33 do Estatuto Social da Fundação Petrobras de Seguridade Social e consoante ao que estabelece a letra "j", do item 17, Anexo "C", da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 08, de 31 de outubro de 2011, estes conselheiros apreciaram as Demonstrações Contábeis Consolidadas (Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa) e Individuais por Plano de Benefícios (Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido e Demonstração das Provisões Técnicas) do exercício financeiro de 2013, consubstanciadas pelos Pareceres Atuariais, assim como pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela empresa BDO RCS Auditores Independentes, razão das seguintes recomendações ao Conselho Deliberativo:

5.1 Com relação às Demonstrações Contábeis do Plano TAPMEPrev (Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios), recomendam a sua aprovação.

5.2 As Demonstrações Contábeis dos Planos Petros PQU, Petros Braskem, Petros Ultrafertil, Petros Copesul, Petros Lanxess, PetroNitriflex/DSM, Repsol YPF, Cachoeira Dourada, Concepa, DBA, Transpetro, Triunfo Vida, Alesat, IBP, PQU Previdência,





Copesulprev, Misto Sanasa, Manguinhos, Termoprev, FIEPEprev, TBG, PTAPrev, PrevFIEPA, PREVFIEA, GasPrev, PETRO-RG, Liquigás, SulGasprev, Simeprev, IBA, Culturaprev, SindMed/RJ, CROPrev, CRAPrev, ADUANAPrev, ANAPARprev, FENAJprev, Previttel, Unimed BH, Cooperado, PreviContas, PREV-ESTAT, CRCprev, Previtalia, Prevtran e EsportePrev (Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios), indicam déficits de custeio administrativo, suportados no exercício de 2013 pelos Fundos Administrativos dos Planos Petros do Sistema Petrobras e Petros-2. Tal prática contraria as Resoluções CGPC nº 14 e nº 29 e foi considerada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, no Ofício nº 4186/2012/CGMC/DICAE/PREVIC, de 13-11-2012, como “imprópria”, tendo a PREVIC recomendado que tais déficits fossem cobertos com recursos do patrimônio dos referidos planos, o que pode ocasionar desequilíbrios, principalmente para aqueles com poucos participantes e baixo patrimônio social, levando à sua inviabilidade e à sua conseqüente extinção. Desta forma, os conselheiros não recomendam a aprovação dos referidos documentos.

5.3 Com relação às Demonstrações Contábeis do Plano Petros do Sistema Petrobras e Petros-2 (Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios) os conselheiros não recomendam sua aprovação, pelas razões a seguir:

5.3.1. A intenção manifestada pela Petros no memorando GPF-067/2013, de 19-08-2013, no sentido de: i) não repor os recursos que deles foram retirados; ii) continuar a retirar recursos deles no exercício de 2013 e nos próximos 03 (três) anos para o equilíbrio administrativo dos planos deficitários citados no item 5.2, em vez de seguir o preconizado no Ofício nº 4186/2012/CGMC/DICAE/PREVIC; e iii) continuar a retirar recursos deles indefinidamente para o sustento administrativo do plano ANAPARprev, instituído pela Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão;

5.3.2 A falta de resposta da Petros à solicitação de contratação de auditoria externa, visando calcular o valor retirado dos referidos planos para o sustento administrativo dos planos citados no item 5.2 (memorandos CF-019-2013, de 14-02-2013 e CF-043/2013, de 08-05-2013), contrariando assim o art. 33 do Estatuto da Fundação e a legislação em vigor, ao limitar o poder de fiscalização do Conselho Fiscal. A relevância dessa contratação deve-se ao fato de que tal valor, estimado inicialmente em cerca de R\$ 200 milhões, a valores históricos, pode ultrapassar R\$ 500 milhões a valores atuais;

5.3.3 A falta de resposta da Petros à solicitação de contratação de auditoria externa, visando calcular o saldo devedor dos Termos de Compromisso Financeiro, cujo valor na data-base de 31-12-2012 foi alterado 03 (três) vezes, sempre com a interveniência da patrocinadora (memorando CF-166/2013, de 27-11-2013), contrariando assim o art. 33 do Estatuto da Fundação e a legislação em vigor, ao limitar o poder de fiscalização do Conselho Fiscal. Frise-se que em 31-12-2013 o saldo devedor desses Termos foi 44,3% superior ao saldo existente em 31-12-2012 e esta variação causou impacto positivo no déficit técnico do exercício de 2013 do Plano Petros do Sistema Petrobras, reduzindo-o de R\$ 8.345.353 mil para R\$ 5.487.565 mil;

5.3.4 A Petros foi autuada em cerca de R\$ 22 milhões pelo não recolhimento de PIS/COFINS sobre as receitas auferidas com a administração de planos de benefícios. Considerando que essa autuação já teve sua chance de perda reclassificada para provável, a Entidade deveria ter promovido o rateio desse custo entre os planos administrados, em vez de alocá-lo exclusivamente nos Planos Petros do Sistema Petrobras e Petros - 2.

5.4 Com relação às Demonstrações Contábeis Consolidadas da Fundação (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa e Notas Explicativas) os conselheiros não recomendam a sua aprova o, pelas razões a seguir citadas:

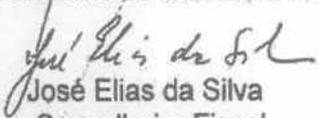
5.4.1 O valor apresentado dos Fundos Administrativos   irreal, pois incorpora fundos administrativos fictícios, criados para os planos Repsol, IBPprev, Misto Sanasa, Termoprev, PTAPrev, Previcontas, Previfiepa, Gasprev e Sulgasprev. O superávit do custeio administrativo desses planos somente foi conseguido com a nova metodologia criada pela Petros que os isentou de parte de seu custeio administrativo, contrariando a legisla o e o Ofício não 4186/2012/CGMC/DICAE/PREVIC, que afirmam que a insuficiência de custeio administrativo deve ser suprida pelo patrimônio social dos próprios planos. Também corrobora essa orienta o a nova legisla o que regulamenta a retirada de patrocínio (Resolu o CNPC não 11, de 13-05-2013), que assegura ao plano em retirada o direito ao seu fundo administrativo. Desta forma, esses planos, caso formalizem a retirada, não apenas deixarão de pagar sua d vida com os planos Petros do Sistema Petrobras, como ainda, resgatar o um fundo administrativo para o qual nada contribuíram, onerando ainda mais os participantes dos Planos Petros do Sistema Petrobras e do Petros - 2, além de sua patrocinadora Petrobras;

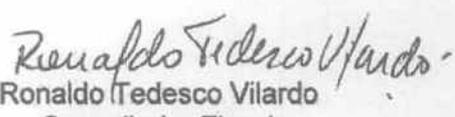
5.4.2 A demonstra o contábil apresentada faz referência   melhor estimativa da Petros para os valores dos Termos de Compromisso Financeiro e, segundo informa o da Gerente de Contabilidade na reunião com os auditores independentes, ocorrida em 12-03-2014, ainda aguarda confirma o da patrocinadora devedora. Dada essa incerteza quanto a valor tão expressivo (R\$ 8.233.251 mil), não recomendamos a aprova o das demonstra es.

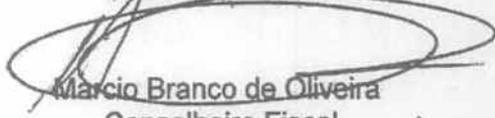
6. Adicionalmente às razões acima apresentadas pelo Conselho Fiscal para não recomendar a aprova o das demonstra es contábeis, os Conselheiros Epaminondas de Souza Mendes e Ronaldo Tedesco Vilardo apresentam suas razões adicionais, que seguem em votos separados após as assinaturas dos Conselheiros Fiscais.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2014


Epaminondas de Souza Mendes
Presidente do Conselho Fiscal


José Elias da Silva
Conselheiro Fiscal


Ronaldo Tedesco Vilardo
Conselheiro Fiscal


Marcio Branco de Oliveira
Conselheiro Fiscal



VOTOS DOS CONSELHEIROS EPAMINONDAS DE SOUZA MENDES E RONALDO TEDESCO VILARDO - RAZÕES ADICIONAIS PARA A NÃO APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSTANTES DOS ITENS 5.2, 5.3 e 5.4 DO PARECER DO CONSELHO FISCAL

a) Do Parecer da Auditoria Independente:

No nosso entendimento o Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela BDO – Auditores Independentes não cumpre na íntegra o que preconiza a Resolução do CNPC nº 8, de 31/10/2011, que no seu anexo “C”, item 29.1 que exige “O parecer dos auditores independentes deverá conter opinião sobre o consolidado, e individual sobre cada plano de benefícios e o plano de gestão administrativa”. Sendo apresentado ao Conselho Parecer consolidado sem as identificações dos CNPB dos planos de benefícios e do PGA.

Ainda com relação ao referido Parecer não foi apresentado nenhum parágrafo de opinião sobre a validação dos Passivos Atuariais (Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais), conforme preconiza NBCP 1.8 (1.8.6) Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) 1023 e 1045, ambas de 2005, e item 48 do Guia Atuarial da PREVIC.

Não foi também apresentado no Parecer dos Auditores parágrafo de opinião sobre os planos que tiveram retiradas de patrocínios em 2013, e àqueles que em fase de retirada, se os processos das retiradas não deixaram nenhum tipo de contencioso para PETROS.

Não constou no Parecer dos Auditores parágrafo de opinião sobre o crescimento das demandas judiciais contra a PETROS, as quais representaram em 2013, 2,94% do Patrimônio Social Consolidado.

No parágrafo de Opinião sobre o Termo Financeiro do Pré-70, não faz indicação se os valores apurados estão em convergência com as cláusulas do Termo, bem como não faz menção sobre a repactuação de janeiro de 2013.

b) Dos Resultados Deficitários:

O Plano do Sistema Petrobras apresentou um déficit operacional acumulado de R\$ 2.895.642 mil, considerando o Resultado a Realizar de R\$ 475.402 mil, o déficit líquido final foi de R\$ 2.420.240 mil, considerando que em 2012 o referido plano apresentou um superávit acumulado de R\$ 3.006.046 mil (já incluso o Resultado a Realizar), dessa maneira o Plano do Sistema Petrobras teve um resultado deficitário em 2013 de R\$ 5.426.286 mil. Na Nota Explicativa nº 11 não informa o que motivou o déficit do exercício.

O Plano da Ultrafértil apresentou um déficit operacional acumulado de R\$ 126.453 mil, considerando o Resultado a Realizar de R\$ 21.911 mil o déficit líquido final foi de R\$ 104.542 mil, considerando que em 2012 o referido plano apresentou um superávit acumulado de R\$ 25.000 mil (já incluso o Resultado a Realizar), dessa maneira o Plano Ultrafértil teve um resultado deficitário em 2013 de R\$ 129.542 mil. Na Nota Explicativa nº 11 não informa o que motivou o déficit do exercício.

c) Dos Termos de Compromisso Financeiros:

Em 2012 foram feitos vários ajustes contábeis nos referidos Termos, inclusive com indicação que a atualização do AOR estava errada em relação aos PRÉ-70 desde o exercício de 2009.

Em 2013 os ajustes praticados nos Termos foram os seguintes:

O incremento no saldo total representado pelo ganho econômico foi de 4428%, melhorando o resultado do Plano Sistema Petrobras, reduzindo o déficit de 2013, a seguir os impactos nos Termos:

- Pré-70: crescimento de 110,21%, representado pelo ganho econômico de R\$ 2.274.275 mil.
- FAT-FC: crescimento de 5,91%, representado pelo ganho econômico de R\$ 254,775 mil.
- Diferença de Pensão: crescimento de 14,11%, representado pelo ganho econômico de R\$ 337.741 mil.
- Ganho econômico total em 2013: R\$ 2.857.791 mil.

No caso do Pré-70 foram feitas as seguintes atualizações indicadas em Notas Explicativas:

Em relação aos ajustes que vem ocorrendo, nas Demonstrações de 2012, foi dito ao Conselho Fiscal que os ajustes eram necessários, pois foram encontrados vários erros nos cálculos e na base de dados, principalmente no Pré-70, onde havia inconsistências desde 2009. Após tais ajustes em janeiro de 2013 foi feita nova repactuação, entretanto não existem informações claras nas Notas Explicativas e nem no Parecer do Auditor Independente sobre as condições repactuadas. Assim, o Conselho solicitou em 2012 à Direção da PETROS a contratação de Auditoria Independente para auditar e validar a situação dos Termos, bem como os valores apresentados desde 2009. Até a presente data não houve o atendimento de nossa solicitação. Situação que nos permite considerar que os valores apresentados causam dúvidas em relação às cláusulas dos aludidos Termos, principalmente em relação ao Pré-70. A recusa ou simples omissão da Diretoria Executiva na contratação de uma auditoria independente, solicitada pelo Conselho Fiscal, remete a dúvidas ainda maiores em relação aos números apresentados.

d) Ações Judiciais contra PETROS:

As ações judiciais contra PETROS em 2013 alcançaram o montante de R\$ 2,5 Bilhões e representaram aproximadamente 3% do seu Patrimônio Social, com um crescimento de 9% em 2013, colocando em risco parcela do Patrimônio. Sendo que maior parcela das demandas judiciais são relativas ao Plano Sistema Petrobras, conforme Nota Explicativa, sendo que, ainda, retificamos o seu item 3, que cita o artigo 31 do Regulamento (RPB), quando o correto seria o artigo 32.

e) Provisões Para Perdas com Investimentos:

As referidas provisões tiveram um crescimento em 2013 de 112% em relação ao exercício de 2012, representando 0,80% do Patrimônio de Investimentos da PETROS. Em 2012 era 0,37%, o saldo provisionado é de R\$ 523.555 mil, ou seja, Meio Bilhão de Reais. A materialidade pode ser considerada baixa, mas o fato é muito relevante, pois as constantes perdas com investimentos na PETROS demonstram uma falta de acuidade prudencial na avaliação dos riscos inerentes as operações e os emissores dos títulos. Se considerarmos o rol de Patrimônio dos Fundos de Pensão o valor do saldo provisionado é superior a grande parte das Entidades de médio e pequeno porte, aproximadamente 150 Entidades, conforme ranking da ABRAPP.

f) Planos em Retirada de Patrocínio:

Esta é outra situação que coloca em risco o patrimônio da PETROS como administradora de planos. Não identificamos a mensuração efetiva dos valores relacionados nas transações referentes ao encontro de contas das retiradas de patrocínio. Ressaltamos que alguns planos

que sofreram retiradas de patrocínio possuem demandas judiciais questionando tais retiradas, indicadas em Notas Explicativas.

g) Passivos Atuariais dos Planos de Benefícios:

As Notas Explicativas não apresentam informações sobre as premissas e hipóteses adotadas na avaliação de 2013 dos planos administrados pela PETROS, conforme orientação do Guia PREVIC de Contabilidade itens 82 e 83. Assim como no Parecer do Auditor não existe parágrafo de Opinião sobre a validação dos referidos Passivos, conforme preconizam a NBPC 1.8 (Resoluções do CFC 1.023/2005 e 1045/2005) e recomendação do Guia PREVIC Atuarial item 48.

h) Plano de Gestão Administrativa (PGA):

Apesar de ter evoluída a situação de financiamento do déficit administrativo de vários planos administrados pela PETROS com a utilização do Fundo Administrativo dos planos Sistema Petrobras e PETROS 2, o critério estabelecido pelo Conselho Deliberativo, onde a maior parcela dos gastos administrativos dos planos continua sendo cobertas pelos referidos fundos administrativos. O critério adotado mantém a transferência de recursos de um plano para outro, situação não permitida pela Resolução do CGPC 14/2004, art.3º, § 1º, o referido critério, também, não atende aos requisitos da Resolução do CGPC 29, de 2009, inclusive gerando superávit administrativo fictício para alguns planos que estão formando fundos administrativos, conforme indicado em Nota Explicativa abaixo. Outra questão que não foi evidenciada nas Demonstrações Contábeis e nas Notas Explicativas os valores das dívidas administrativas dos planos deficitários do custeio administrativo com os Fundos Administrativos dos planos Sistema Petrobras e PETROS 2, principalmente daqueles planos que saíram da administração da PETROS.

i) Assuntos que se encontram pendentes:

O Conselho Fiscal vem continuamente apontando várias situações de desconformidades que podem causar sérios prejuízos ao patrimônio dos participantes, principalmente dos planos Sistema Petrobras e PETROS 2, apontadas no Parecer de 2012, que continuaram sem soluções ou respostas em 2013, a seguir mantidas:

1- Segundo a Ação Civil Pública movida por 14 sindicatos e a Federação Única dos Petroleiros, as NTN-B, com as quais a Petrobrás supostamente quitou a dívida do Grupo Pré-70 e supostamente pagou a migração para o Plano Petrobrás Vida (PPV), foram contabilizadas na saída da Petrobrás pelo valor de cerca de R\$ 1,8 bilhão, mas entraram na Petros pelo valor de face, cerca de R\$ 8 bilhões. É necessário esclarecer como foi contabilizada a diferença, que não foi paga, prejudicando os participantes;

2 – É preciso uma análise de jurista independente, de notável saber, para opinar sobre a implantação da paridade contributiva, revogando um contrato assinado em 1996 entre as patrocinadoras e a Petros, que estabeleceu o plano de custeio em vigor, infringindo cláusula pétrea da Constituição Brasileira: o direito adquirido. O Conselho Fiscal solicitou essa contratação ao Conselho Deliberativo, mas como é o desejo da patrocinadora o CD está protelando. O Conselho Fiscal, usando as prerrogativas da Resolução CGPC, nº 13, reitera o pedido de licitação para esse fim;

3 – Faz-se necessária a opinião de perito atuarial contratado, também sob supervisão do Conselho Fiscal, para analisar a consistência atuarial do plano. Temos constatado uma postura

altamente conservadora da atuária da Petros. Foi declarado em várias reuniões deste colegiado, que a postura da atuária da Petros é garantir superávits. Por exemplo, o déficit de cerca de R\$ 2,6 bilhões causado pelas aposentadorias pelo INSS em que os participantes continuam trabalhando na Petrobrás, além do cálculo da aposentadoria estar sendo concedido com 100% do Salário da ativa, não se confirma. Entretanto, não foi revisto como deveria. Esses e outros fatores, como o uso da tábua AT-2000 gerarão superávit enorme no futuro, mas penalizam os atuais beneficiários. E quem ficará com esse superávit? Um plano não é feito para gerar superávits, mas para garantir equilíbrio e pagar benefícios durante toda a sua existência;

4 – O Termo de Ajuste, do AOR é, ao ver do Conselho Fiscal, lesivo aos cerca de 90.000 participantes do Plano Petros, com a média superior a dois dependentes por participante, representa cerca de 300.000 pessoas. Por esse Termo, as patrocinadoras mesmo tendo reconhecido a procedência de alguns itens da Ação Civil Pública que cobra a dívida se propõem a pagar esta parte só depois de decorridos 20 anos. Com isto, a dívida se dissipará, inclusive em face das seguidas previsões atuariais conservadoras que vêm gerando sucessivos déficits. É necessária análise judicial por jurista e atuário independentes. Com o erro identificado agora no fechamento de 2012 de atualização do AOR com relação aos Pré-70, cresce em importância a necessidade de uma auditoria externa independente em todo o AOR. Em paralelo, a Petros tem que cobrar as dívidas da Patrocinadora Petrobrás Distribuidora - BR e os itens remanescentes, não negociados, da Ação Civil Pública junto à Petrobrás, inclusive judicialmente, como manda a Legislação;

5 – É preciso exigir anualmente, sem necessidade de medida judicial, que a Petrobrás cumpra o contrato de 1996 e assumam a sua responsabilidade sobre o custeio do Grupo Pré-70 conforme acertado naquele mesmo ano. Corrigindo, inclusive, esse compromisso o seu débito devido às mudanças das tábuas de mortalidade. Atualizando e aportando os recursos necessários, o que não pode depender de qualquer tipo de novo acordo. Cabe lembrar, que essa segunda, e paralela, forma de custeio do atual Plano Petros do Sistema Petrobrás, decorrente do acordo assumido isoladamente pela, então, Patrocinadora Instituidora acarretou a separação e redução das suas próprias "outras contribuições" em conjunto com as demais patrocinadoras do Plano BD Original, de 22% para 12,95%, o que deve ser considerada em separado quando das avaliações anuais do atual Plano das empresas do Sistema Petrobrás do tipo Benefício Definido, este decorrente da ilegal "separação de massas" que ainda está "sub judice";

6 – Na Reunião CF 255, ocorrida em 15-03-2005, os atuários independentes apresentaram relatório de serviço de consultoria realizada em 2003, que constatou a inviabilidade de realização de qualquer verificação de benefícios que fosse confiável. Recentemente, a própria SPC constatou o estado lastimável do cadastro de participantes do Plano Petros, sendo inaceitável o descaso da diretoria com os donos do Fundo. O levantamento feito por empresa especializada, constatou que cerca de 36% das fichas cadastrais dos participantes está em más condições. Isto é de uma inaceitável irresponsabilidade com os participantes. Esse Conselho Fiscal sugere enérgicas providências da Diretoria;

7 – O que também não pode ser relevado é a prática de retirada de patrocínio que tem trazido aflição e enormes prejuízos aos participantes e assistidos, como nos casos da Braskem e da Refinaria de Manguinhos, com risco inclusive de responsabilização judicial à Petros pela suspensão da cobrança das contribuições desde o pedido da retirada, contrariando o Convênio de Adesão assinado pelas patrocinadoras que só autoriza tal suspensão após a aprovação do pedido pela PREVIC;

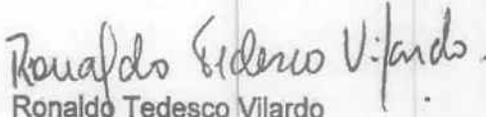


8 – Nesta prática de retirada de patrocínio, há que se ressaltar também o enorme prejuízo ao Plano Petros do sistema Petrobrás e ao Plano Petros 2 relativo a destinação ilegal de recursos financeiros do Fundo Administrativos destes dois planos aos demais planos do multipatrocínio, sem que haja perspectiva de devolução para a Petros;

9- Reiteramos a recomendação, por necessária, da avaliação do impacto atuarial da repactuação, por perito independente e apresentação desse resultado ao Conselho Fiscal;

10- Reiteramos que sejam atendidas com urgência as informações já solicitadas: Quanto têm sido os gastos com ações judiciais com recursos dos participantes e contra eles, incluindo multas por ações procrastinatórias aplicadas pelo Poder Judiciário contra a Petros e bancadas pelos participantes.


Epaminondas de Souza Mendes
Presidente do Conselho Fiscal


Ronaldo Tedesco Vilaro
Conselheiro Fiscal

ATA 456 DO CONSELHO FISCAL

12-03-2014

Livro n.º 01 Folha n.º 484

Aos doze dias de março de 2014, às nove horas, na sede da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, na Rua do Ouvidor, 98 – 9º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, iniciou-se a reunião extraordinária 456ª do Conselho Fiscal da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros sob a presidência do conselheiro Epaminondas de Souza Mendes e com a participação dos conselheiros Ronaldo Tedesco Vilardo, José Elias da Silva e Marcio Branco de Oliveira. Participaram da reunião, a Gerente Executiva Administrativa e Financeira e Gerente de Contabilidade, Srª Renata Moreira Ferretti, a Gerente Executiva Atuarial e de Desenvolvimento de Planos, Srª Maria Alice Burlamaqui Araújo, o Gerente de Atuária, Sr. André Cláudio de Mendonça, a Analista de Seguridade Pleno, Sra. Tatiana Tavares e os Auditores Independentes Externos, Sr. Alfredo Ferreira Marques, Sr. Fernando Marques, Sr. Victor Hugo Bagnati, Srª Patricia Manzelmann e Srª Milene Cunha, da empresa BDO RCS Auditores Independentes em atendimento à solicitação descrita na carta CF-043/2013, de 13-02-2014. O Gerente Executivo Jurídico, Sr. Igor Aversa Dutra do Souto, foi dispensado de participar da reunião pelo Conselho Fiscal. O Sócio-Consultor, Sr. Dionísio Jorge da Silva, da empresa Consultorys Consultoria Ltda., participou da reunião para prestar assessoria ao Conselho Fiscal durante a apreciação das Demonstrações Contábeis da Petros do Exercício de 2013.

**ITEM 1 CF-027/2014 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA PETROS
EXERCÍCIO 2013 – PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL.**

A fim de possibilitar a execução dos trabalhos relativos ao Parecer Anual sobre as Demonstrações Contábeis do exercício de 2013, a empresa Consultorys Consultoria Ltda., solicitou por meio da carta CT-117/13 – CONSUL/CIRC., de 17-12-2013, a documentação necessária para a análise das Demonstrações Contábeis da Petros do Exercício de 2013. A solicitação da Consultoria foi encaminhada ao Presidente da Petros pelo Presidente do Conselho Fiscal, por meio da carta CF-174/2013, de 19-02-2013. Em atendimento, a Administração da Petros encaminhou as cartas: PRES-026/2014, de 30-01-2014, PRES-037/2014, de 11-02-2014 e o Processo DE-073/2014, de 07-02-2014. Desta forma, após análise da documentação recebida, a Consultorys Consultoria encaminhou, por meio de endereço eletrônico, a minuta do Relatório sobre as Demonstrações Contábeis do exercício de 2013, que foi encaminhada aos Conselheiros Fiscais pela Secretaria Geral. Na reunião CF 456, ocorrida nesta data, o Conselho Fiscal tomou conhecimento das Demonstrações Contábeis da Petros do Exercício de 2013 auditadas pela empresa BDO RCS Auditores Independentes, do Parecer dos Auditores Independentes e das Notas Explicativas, acompanhada das informações





Ata 456 do Conselho Fiscal, de 12 de março de 2013.

contidas na documentação encaminhada pela Administração da Petros e do Relatório enviado pela empresa Consultorys Consultoria Ltda. O Conselho Fiscal tomou conhecimento ainda das informações complementares apresentadas pelos Auditores Externos Independentes e pela Gerente Executiva Administrativa e Financeira e Gerente de Contabilidade, pela Gerente Executiva Atuarial e de Desenvolvimento de Planos, pelo Gerente de Atuarial e pela Analista de Seguridade Pleno, em atendimento à solicitação descrita na carta CF-043/2013, de 13-02-2014. Os Conselheiros deram início à reunião solicitando informações específicas sobre a reavaliação dos imóveis da Petros, principalmente, se na reavaliação do imóvel denominado Conjunto Pituba foi considerada a obra em curso, tendo como resposta, após consulta à Gerência de Participações Imobiliárias, que a reavaliação do Conjunto Pituba foi realizada apenas no imóvel original não sendo contemplada para efeito de reavaliação a referida obra. Outro ponto debatido pelos Conselheiros foi o aumento das provisões para perda e das demandas judiciais contra a Petros em relação ao exercício anterior sem que tenha sido destacado no Relatório dos Auditores Independentes. No item Passivo Contingencial (Demandas Judiciais), o Conselho Fiscal destacou o Processo Administrativo em trâmite na Receita Federal referente à PIS/COFINS, além disso, o Conselho Fiscal entende que cabe ênfase sobre as ações decorrentes dos planos que se encontram em retirada de patrocínio. Em relação a esses pontos os auditores externos informaram que receberam todas as informações da Gerência Jurídica que lhe cabiam e que com a análise das respostas entenderam que não cabia ênfase neste item. O Conselho Fiscal perguntou se as despesas ocorridas foram rateadas por todos os planos e a Auditoria Externa informou que tais despesas foram rateadas apenas pelos Planos Petros Sistema Petrobras e Petros-2. O Conselho Fiscal solicitou que a Gerente Executiva Atuarial e de Desenvolvimento de Planos explicasse sobre a suavização da tábua atuarial utilizada pela Petros. A Sr^a Alice Burlamaqui informou que ainda não existe um conceito definido, mas que de acordo com especialista do IBA a tábua poderia ser suavizada entre 15% e 20% e que 30% seria um percentual muito alto, mas que busca ainda informações técnicas para ajustamento nesse novo cenário tendo em vista a nova legislação. O Conselho Fiscal entende que a tábua atuarial não está aderente e deve ser revista. Em relação ao Fundo Administrativo dos planos o Conselho Fiscal manifestou sua discordância com a forma de contabilização das despesas administrativas dos planos de benefício adotada pela Petros. Em relação aos Fundos Administrativos criados para os planos deficitários, em conformidade com a metodologia atual utilizada pela Petros, o Conselho Fiscal perguntou se houver retirada de patrocínio do plano o que aconteceria com os valores constantes nesses Fundos, e em resposta, os Auditores informaram que caberia ao plano o direito ao dinheiro acumulado no Fundo. A Sra. Renata Ferretti informou que seria realizado um estudo para saber o montante que os participantes teriam direito a receber mas que não seria o valor total, o que foi questionado pelo Conselho Fiscal, sob o argumento de que sua opinião poderia ser um desejo seu, mas estava em desacordo com o previsto na nova legislação que trata de retirada de patrocínio. O Conselho Fiscal questionou ainda os Auditores se a metodologia aprovada pelo Conselho Deliberativo referente ao custeio dos planos estaria em conformidade com a legislação. Os Auditores Independentes informaram que não, mas que o trabalho deles é realizado em função das diretrizes emanadas do Conselho Deliberativo, não sendo possível que opinem sobre os atos de gestão da



Ata 456 do Conselho Fiscal, de 12 de março de 2013.

Petros. O Conselho Fiscal comentou que com essa nova metodologia empregada, isentando-se os planos deficitários de arcarem com a totalidade das despesas administrativas, caso seja solicitada a retirada de patrocínio, esses planos não apenas ficarão devendo aos fundos administrativos dos Planos Petros do Sistema Petrobras e Petros -2, como também receberão como "prêmio" o valor fictício acumulado em seus fundos administrativos. Os auditores concordaram. O Conselho Fiscal acrescentou que se a metodologia empregada pela Petros para obtenção do equilíbrio administrativo dos planos deficitários fosse válida, isentando-os de uma parte de seus custos, melhor seria isentá-los da totalidade dos custos, pois assim o equilíbrio administrativo estaria imediatamente atingido. Nada foi respondido. O Conselho Fiscal perguntou por que a autuação de R\$ 22 milhões, referente a PIS/COFINS, não foi distribuída entre todos os planos, e apenas nos fundos administrativos dos planos Petros do Sistema Petrobras e Petros - 2. A auditoria nada respondeu. A Gerente de Contabilidade informou que foi seguida a recomendação do Conselho Deliberativo e que, ademais, o valor a ser distribuído seria pequeno. O Conselho Fiscal argumentou que os fundos administrativos fictícios atribuídos a alguns planos deficitários também é pequeno, e que se o lançamento fosse feito neles, zeraria seu fundo administrativo. Nada foi respondido. O Conselho Fiscal disse que não poderia apresentar seu parecer em cima de demonstrações contábeis com o carimbo de minuta, e que precisava de demonstrações definitivas, antes de emitir o parecer. A Petros informou que seriam imediatamente providenciadas. O Conselho Fiscal apresentou suas considerações sobre os Termos de Compromisso Financeiro, que no presente exercício estão apresentando uma variação muito grande, atenuando o déficit do plano Petros do Sistema Petrobras. Além do mais, argumentou que consta das demonstrações contábeis que o valor do saldo desses Termos é a melhor estimativa da Petros, e que ainda está sujeito a uma revisão da patrocinadora. O Conselho também argumentou que no exercício de 2012 o valor do saldo devedor desses Termos mudou três vezes, ensejando a emissão de três Relatórios da Auditoria Independente e dois pareceres do Conselho Fiscal, tendo sido esta a razão de ter sido solicitada a contratação de uma auditoria externa para determinar o valor exato deles. O Conselho Fiscal perguntou aos auditores se, realmente, o direcionamento dos custos administrativos para os vários planos administrados pela Petros era feito de forma extra-contábil. A auditoria confirmou. O Conselho Fiscal perguntou aos auditores se eles tinham revisado esses custos e eles informaram que sim, que se encontram registrados em planilhas por eles revisadas. Desta forma, o Conselho Fiscal manifestou sua opinião de que o Relatório dos auditores estaria inconclusivo nos seguintes pontos: i) Insuficiência de recursos para custeio administrativo dos planos de benefícios; ii) Nota Explicativa – Resumo das principais práticas contábeis – Fundo Administrativo; iii) Nota Explicativa – Realizável – Contribuições contratadas; iv) Nota Explicativa – Situação patrimonial dos planos de benefícios – Plano Petros do Sistema Petrobras. O Conselho Fiscal perguntou ainda se houve por parte da Petros alguma obstrução ao trabalho dos Auditores. Os Auditores responderam que não. Por fim, o Conselho Fiscal, emitiu Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis da Petros do Exercício de 2013, com base nos votos apresentados pelos Conselheiros Epaminondas de Souza Mendes, Ronaldo Tedesco Vilaro, José Elias da Silva e Marcio Branco de Oliveira e o encaminhou ao Conselho Deliberativo da Petros, acompanhado do

Alves
A
Alves

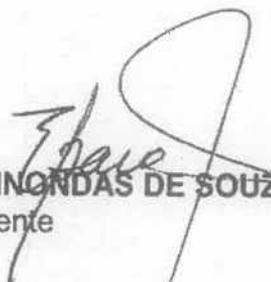


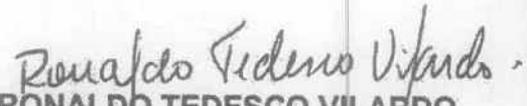
Ata 456 do Conselho Fiscal, de 12 de março de 2013.

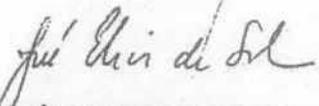
Extrato da Ata CF 456, item 1, de 12-03-2014.

Decisão: O Conselho Fiscal: a) tomou conhecimento do Relatório das Demonstrações Contábeis auditadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme memorando GAF-0028/2014, de 07-02-2013; b) tomou conhecimento das informações prestadas pelos Auditores Externos Independentes da empresa BDO RCS Auditores Independentes e pela Gerente Executiva Administrativa e Financeira e Gerente de Contabilidade, Sr^a Renata Moreira Ferretti, pela Gerente Executiva Atuarial e de Desenvolvimento de Planos, Sr^a Maria Alice Burlamaqui Araújo, pelo Gerente de Atuária, Sr. André Cláudio de Mendonça e pela Analista de Seguridade, Sra. Tatiana Tavares, em atendimento à solicitação descrita na carta CF-043/2013, de 13-02-2014; c) emitiu o Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis da Petros do Exercício de 2013, com base nos votos apresentados pelos Conselheiros Epaminondas de Souza Mendes, Ronaldo Tedesco Vilardo, José Elias da Silva e Marcio Branco de Oliveira; e d) encaminhou o Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2013 ao Conselho Deliberativo da Petros, acompanhado do Extrato da Ata CF 456, item 1, de 13-03-2014.

Nada mais havendo a tratar, às quinze horas, o Presidente encerrou a Reunião da qual foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo presidente Epaminondas de Souza Mendes e pelos conselheiros José Elias da Silva, Marcio Branco de Oliveira e Ronaldo Tedesco Vilardo e por mim, Maria de Fátima de Rezende Gonçalves Courtois, Substituta Eventual do Secretário-Geral da Petros.


EPAMINONDAS DE SOUZA MENDES
Presidente


RONALDO TEDESCO VILARDO
Conselheiro


JOSÉ ELIAS DA SILVA
Conselheiro


MARCIO BRANCO DE OLIVEIRA
Conselheiro


MARIA DE FÁTIMA DE REZENDE GONÇALVES COURTOIS
Substituta Eventual do Secretário-Geral

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2015.

Ao
Diretor Administrativo e Financeiro

A DE

Danilo Ferreira da Silva
Diretor

07/05/15

Assunto: Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2014 com Parecer dos Auditores Independentes

I - OBJETIVO

1. Aprovação das Demonstrações Contábeis da Petros relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, auditadas para deliberação da Diretoria Executiva e posterior encaminhamento aos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

II - HISTÓRICO

2. Em 29/04/2015 recebemos da BDO 03 (três) encadernações referentes ao Relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, auditadas e com o Parecer da Auditoria Externa Independente, sendo as mesmas encaminhadas através do memorando GAF 117/2015, devidamente assinadas pelo Contador, para serem assinadas pela Diretoria Executiva.

3. Em 07/05/2015, recebemos da Diretoria Executiva as Demonstrações Contábeis da Petros relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, auditadas e com o Parecer da Auditoria Externa Independente, devidamente assinadas e rubricadas.

4. Destacamos abaixo os principais pontos constantes do Parecer da Auditoria Externa, onde a Diretoria Executiva já tomou conhecimento dos mesmos:

- *Ressalvas* - insuficiência de recursos para custeio administrativo dos planos de benefícios e avaliação do investimento a valor justo – Litel Participações S.A.;
- *Ênfases* - atraso no cronograma de contratação de recursos – FIP Sondas; avaliações dos investimentos (Invepar e Norte Energia); expurgos inflacionários

ruif



SECRETARIA GERAL
PROCESSO
DE
23912015

CD

ANTERIOR
DE



GAF- 134/2015

2

das OFNDs; situação patrimonial dos planos de benefícios; investigação da Petrobras extensiva à Petros e Inquérito da Polícia Federal.

4.1.1 Os pontos abordados no Parecer estão demonstrados nas seguintes Notas Explicativas:

Nota 1.2 – Resumo das principais práticas contábeis – g) Critérios de alocação de custos e despesas por plano;

Nota 4.5 – Ações e Fundos de Investimentos sem cotação em Mercado Ativo (a) FIP Sondas, (b) Invepar, (c) Norte Energia (d) Litel;

Nota 9 – Ativos Contingentes – Ação judicial sobre expurgos inflacionários – Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento –OFNDs;

Nota 10.3 – Fundos – b) Fundos Administrativos;

Nota 11 – Situação patrimonial dos planos de benefícios – resultados dos Planos Petros Sistema Petrobras e Ultrafértil;

Nota 15 – Investigação da Petrobras na Petros;

Nota 16 – Eventos subsequentes – (d) Inquérito da Polícia Federal. Ressaltamos também o item (b) que aborda a Nomeação de novos membros da Diretoria Executiva e a responsabilização de seus atos a partir da vigência de seus mandatos.

III - JUSTIFICATIVA

5. Com o objetivo de darmos prosseguimento ao encerramento do Balanço da Petros referente ao exercício de 2014, faz-se necessário o encaminhamento das Demonstrações Contábeis auditadas aos Colegiados, para emissão do Parecer do Conselho Fiscal e Manifestação quanto à aprovação das mesmas pelo Conselho Deliberativo, para posterior encaminhamento das mesmas à PREVIC.

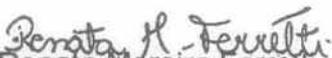
ruif

IV - PROPOSIÇÃO

6. Diante do exposto, a Gerência Administrativa e Financeira recomenda a aprovação das Demonstrações Contábeis de 2014, auditadas, e solicita à V.S^a que, se de acordo, encaminhe a matéria à Diretoria Executiva com as seguintes proposições:

- a) Aprovar o Relatório das Demonstrações Contábeis auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014;
- b) Encaminhar ao Conselho Fiscal para emissão de parecer e posterior envio para apreciação e deliberação do Conselho Deliberativo, matéria aprovada pela Diretoria Executiva conforme alínea "a".

Atenciosamente


Renata Moreira Ferretti

Gerente Executiva Administrativa e Financeira

Anexo: 1

ANEXO I



**FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE
SOCIAL - PETROS**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais (consolidado)

Demonstrações das mutações do patrimônio social (consolidado)

Demonstrações do plano de gestão administrativa (consolidado)

Demonstrações das provisões técnicas (por plano de benefícios)

Demonstrações da mutação do ativo líquido (por plano de benefícios)

Demonstrações do ativo líquido (por plano de benefícios)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Participantes, Patrocinadores e Instituidores da
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS** ("PETROS", "Fundação" ou "Entidade"), que compreende o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela PETROS, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo **Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC**, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com modificação.

Base para opinião com ressalva

Insuficiência de recursos para custeio administrativo dos planos de benefícios

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 (g), a Entidade adotou, a partir de 2013, uma nova metodologia de apuração dos gastos administrativos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade. A nova metodologia prevê a utilização dos conceitos de "Custo Direto", "Custo Indireto" e "Despesas Administrativas", como tentativa de equilíbrio financeiro dos fundos. Visando o equacionamento e o equilíbrio do custeio administrativo de determinados planos de benefícios administrados pela Entidade, foi submetida à PREVIC, a proposição de um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, estando este em processo de análise pela Diretoria Colegiada (DICOL) da PREVIC. Em 2014, em cumprimento à determinação do Conselho Deliberativo, os valores classificados como despesas administrativas foram alocados à todos os planos de benefícios administrados pela Fundação. O resultado da alocação compõe a movimentação de entradas e saídas, para apuração do saldo do fundo administrativo. Essa situação não afeta a posição consolidada, porém como detalhado em Nota Explicativa nº 10.3 (b), exceto os Planos Petros Sistema Petrobras, Plano Petros 2 e TAPMEPrev, todos demais planos apresentam déficits de custeios administrativos podendo ocasionar desequilíbrios nos planos de benefícios em decorrência da utilização de recursos previdenciários para sua cobertura, o que inviabiliza a continuidade das operações dos demais planos e demonstra uma incerteza relevante da sua capacidade de liquidar passivos e realizar ativos no curso normal de suas operações.

Avaliação do investimento a valor justo - Litel Participações S.A.

Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 4.5, a Entidade detém investimentos no Carteira Ativa III Fundo de Investimentos em Ações ("Fundo") que possui ações de emissão da Companhia Litel Participações S.A., no montante de R\$ 3.171.857 mil, as quais foram avaliadas com base em Laudo elaborado por empresa especializada contratada pela Administração do Fundo. O estudo técnico utilizado para a determinação do valor justo do investimento do Fundo na Litel Participações S.A. indica que o valor econômico apurado na investida Vale S.A. (principal ativo da Litel Participações S.A.), encontra-se acima daquele estimado pelo mercado, no que se referem as projeções de LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e de crescimento na Perpetuidade. Adicionalmente, conforme consta no referido Laudo de avaliação, não há uma certeza sobre a realização do prêmio de controle atribuído ao valor das ações da Litel Participações S.A. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2014 o valor do investimento nas ações da Litel Participações S.A. e o patrimônio líquido do Fundo estão superavaliados por esses efeitos, em R\$ 990.462 mil e prejuízo do Fundo relativo ao exercício findo naquela data está subavaliada em R\$ 189.393 mil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS e individual por plano de benefício, em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfase

Atraso no cronograma de contratação de recursos - FIP SONDAS

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4.5 (a), às demonstrações contábeis, que descreve o atraso no cronograma de contratação dos recursos de longo prazo na Sete Brasil Participações S.A. ("Sete Brasil"), além de estar sendo investigada pela Polícia Federal na denominada "Operação Lava Jato". Considerando que a Entidade investe na Sete Brasil por meio de cotas do FIP Sondas no montante a valor justo de R\$ 1.392.977 mil em 31 de dezembro de 2014, a rentabilidade futura desse investimento depende, entre outros fatores, de desfecho das negociações do endividamento da Sete Brasil com credores em curso, que denota uma incerteza material que suscita uma dúvida significativa sobre a sua continuidade operacional e os impactos que podem ocorrer com o desfecho das investigações da Polícia Federal. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Avaliação dos investimentos na Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.5 (b), a Entidade investe na Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar ("Invepar"). A participação na Invepar, cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 2.793.594 mil, foi avaliada a valor justo, com laudo emitido por empresa especializada, considerando a data base de 30 de setembro de 2014. A avaliação não considera eventos futuros àquela data base. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



Avaliação dos investimentos na Norte Energia S.A. (Belo Monte)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.5 (c), a participação da Entidade na Norte Energia S.A. ("Norte Energia"), com saldo de R\$ 964.921 mil em 31 de dezembro de 2014, foi avaliada a valor justo, com laudo emitido por empresa especializada, considerando a data base de 30 de setembro de 2014. A avaliação não considera eventos futuros àquela data base, relacionados a conclusão das obras de construção da Usina Belo Monte, e consequente início das operações e geração de receitas, que por sua vez, dependem da capacidade da Norte Energia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como, a obtenção de recursos financeiros necessários, além dos impactos relacionados ao desfecho da investigação realizada pela Polícia Federal no âmbito da operação Lava Jato em certas construtoras responsáveis pela obra da Usina Belo Monte. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Expurgos inflacionários relacionados as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento reconhecidos judicialmente

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, a Entidade possui demanda judicial pela ABRAPP em nome de suas afiliadas do processo que transitou em julgado, cuja decisão reconheceu que as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) devem ser corrigidas pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ao invés do Bônus do Tesouro Nacional (BTN). Entretanto, até a presente data, aguarda-se a decisão do Juízo da 23ª Vara Federal que determinou o prosseguimento da execução e dos embargos a execução, cuja União Federal interpôs agravo de instrumento. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Situação patrimonial dos planos de benefícios

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, o Plano Petros Sistema Petrobras e Plano Petros Ultrafértil apresentaram insuficiência patrimonial registrada na conta de Equilíbrio Técnico, nos montantes de R\$ 6.193.130 mil e R\$ 239.625 mil, que representam aproximadamente 9,44% e 20,44% do saldo das Provisões Matemáticas, respectivamente. De acordo com a Resolução CGPC nº 26 de 2008, alterada pelas Resoluções CNPC nº 10 de 19/12/2012, CNPC nº 13, de 4/11/2013, CNPC nº 14, de 24/02/2014, e CNPC nº 16 de 19/11/2014. No caso do Plano Petros Sistema Petrobras, não será necessário promover o equacionamento imediato desse resultado deficitário, aguardando possível reversão ao longo do exercício de 2015. Quanto ao Plano Petros Ultrafértil, será elaborado e aprovado plano de equacionamento do resultado deficitário até o final do exercício de 2015. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



Investigação da Petrobras extensiva a Entidade

Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 15, em 19 de dezembro de 2014, o Conselho Deliberativo da Entidade, por solicitação da Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobrás"), autorizou a realização de inspeção com o objetivo de apurar eventuais ações que contrariem leis e regulamentos em prejuízo da Petrobrás, pelos escritórios Trench, Rossi e Watanabe e Gibson, Dunn & Crutcher, contratados exclusivamente pela Petrobrás. Até a presente data, a Entidade não teve qualquer informação sobre as conclusões dos trabalhos de investigação em curso. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Inquérito da Polícia Federal

Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 16 (d), a Entidade tomou ciência em 6 de abril de 2015 da existência de inquérito da Polícia Federal - Superintendência Regional do Estado do Paraná, sob o nº 119/2015-SR/DPF/PR. Até a presente data, a Entidade não teve acesso a qualquer outra informação a respeito do referido inquérito policial. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinados, sobre os quais, emitimos relatório de auditoria, datado de 7 de fevereiro de 2014, sem modificação, contendo ênfases referentes aos seguintes assuntos: (a) Insuficiência de recursos para custeio administrativos dos planos de benefícios; (b) Ajuste do cálculo do patrimônio disponível dos contratos pré-70; (c) Situação patrimonial dos planos de benefícios; e, (d) Expurgos inflacionários relacionados às OFNDs reconhecidos judicialmente.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2015.

Balanco Patrimonial Consolidado
em 31 de dezembro de 2014 e 2013

ATIVO	Dez	Dez	Δ %	PASSIVO	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014 / Dez 2013		2014	2013	Dez 2014 / Dez 2013
DISPONÍVEL	5.210	4.795	9%	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.221.297	2.214.565	0%
				Gestão Previdencial	2.179.019	2.164.771	1%
				Gestão Administrativa	33.961	23.838	42%
REALIZÁVEL	80.474.886	76.605.699	5%	Investimentos	8.317	25.956	-68%
Gestão Previdencial	12.282.091	10.490.999	17%	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2.831.244	2.129.529	33%
Gestão Administrativa	20.223	17.894	13%	Gestão Previdencial	2.758.698	2.095.704	32%
Investimentos	68.172.572	66.096.806	3%	Gestão Administrativa	72.546	33.825	114%
Títulos Públicos	17.099.293	16.677.874	3%	PATRIMÔNIO SOCIAL	75.553.904	72.885.042	4%
Créditos Privados e Depósitos	1.268.407	1.546.820	-18%	Patrimônio de Cobertura do Plano	71.502.760	70.832.488	1%
Ações	19.345.295	19.548.179	-1%	Provisões Matemáticas	77.717.865	73.110.928	6%
Fundos de Investimento	23.869.664	22.539.906	6%	Benefícios Concedidos	39.359.460	33.252.354	18%
Investimentos Imobiliários	4.347.496	3.755.823	16%	Benefícios a Conceder	38.391.612	39.894.227	-4%
Empréstimos	2.242.417	2.048.204	9%	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(33.207)	(35.653)	7%
PERMANENTE	126.349	118.642	6%	Equilíbrio Técnico	(6.215.105)	(2.278.440)	-179%
Imobilizado	87.119	78.731	11%	Resultados Realizados	(6.767.933)	(2.846.707)	-138%
Intangível	39.230	39.911	-2%	(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.767.933)	(2.846.707)	-138%
				Resultados a Realizar	552.828	568.267	-3%
				Fundos:	4.051.144	1.352.554	161%
				Fundos Previdenciais	2.971.087	424.425	600%
				Fundos Administrativos	940.606	1.023.913	-8%
				Fundos dos Investimentos	139.451	104.216	34%
TOTAL DO ATIVO	80.606.445	76.729.136	5%	TOTAL DO PASSIVO	80.606.445	76.729.136	5%

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

LIÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68



Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (em R\$ mil)

Descri�o	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014 / Dez 2013
[A] Patrimônio Social - Início do exercício *	71.816.775	70.084.441	2%
1. Adi�es	8.194.029	6.166.838	33%
(+) Contribui�es Previdenciais	4.740.354	5.950.722	-20%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.249.796	-	-
(+) Receitas Administrativas	132.719	132.769	0%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	35.925	50.590	-29%
(+) Constitui�o de Fundos de Investimento	35.235	32.757	8%
2. Destina�es	(5.009.728)	(4.435.256)	13%
(-) Benefícios	(4.080.591)	(3.642.545)	12%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(169.727)	-
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(677.185)	(383.666)	77%
(-) Despesas Administrativas	(213.224)	(216.849)	-2%
(-) Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	(38.728)	(22.469)	72%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	3.184.301	1.731.582	84%
(+/-) Provisões Matemáticas	4.606.937	7.408.300	-38%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(3.921.226)	(5.629.392)	30%
(+/-) Fundos Previdenciais	2.546.662	(24.124)	10657%
(+/-) Fundos Administrativos	(83.307)	(55.959)	-49%
(+/-) Fundos dos Investimentos	35.235	32.757	8%
4. Opera�es Transitórias	-	752	-
Opera�es Transitórias	-	752	-
[B] Patrimônio Social - Final do exercício (A + 3 + 4) *	75.001.076	71.816.775	4%

* O Patrimônio Social demonstrado na DMPS diverge da informa o constante no Balanço Patrimonial, pois a PREVIC não leva em considera o a rubrica " Resultados a Realizar" (Res.CNPC n  08/2011)

HENRIQUE JAGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LICIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1

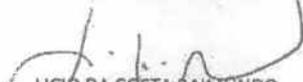
As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis

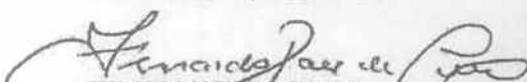


Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado
em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014 / Dez 2013
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.023.913	1.079.872	-5%
1. Custelo da Gestão Administrativa	168.644	183.359	-8%
1.1. Receltas	168.644	183.359	-8%
Custelo Administrativo da Gestão Previdencial	120.333	108.133	11%
Custelo Administrativo dos Investimentos	29	-	-
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	5.873	6.049	-3%
Receltas Diretas	4.163	18.515	-78%
Resultado Positivo dos Investimentos	35.925	50.590	-29%
Outras Receltas	2.321	72	3124%
2. Despesas Administrativas	(251.951)	(239.318)	5%
2.1. Administração Previdencial	(226.983)	(217.801)	4%
Pessoal e encargos	(95.266)	(84.925)	12%
Treinamentos/congressos e seminários	(1.369)	(1.480)	-8%
Viagens e estadias	(1.448)	(1.558)	-7%
Serviços de terceiros	(56.371)	(51.203)	10%
Despesas gerais	(16.026)	(17.557)	-9%
Depreciações e amortizações	(17.450)	(38.602)	-55%
Contingências	(38.728)	(22.469)	72%
Outras Despesas	(325)	(7)	4543%
2.2. Administração dos Investimentos	(24.913)	(21.215)	17%
Pessoal e encargos	(19.859)	(16.530)	20%
Treinamentos/congressos e seminários	(213)	(46)	363%
Viagens e estadias	(672)	(565)	19%
Serviços de terceiros	(941)	(947)	-1%
Despesas gerais	(3.221)	(3.099)	4%
Outras Despesas	(7)	(28)	-75%
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(55)	(302)	-82%
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(83.307)	(55.959)	-49%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(83.307)	(55.959)	-49%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	940.606	1.023.913	-8%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Demonstrações Contábeis Plano Petros Sistema Petrobras



Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	65.947.258	64.405.494	2%
Disponível	4.361	3.931	11%
Receável	12.534.000	10.929.774	15%
Investimentos	53.408.897	53.471.749	0%
Títulos Públicos	15.807.792	15.527.112	2%
Créditos Privados e Depósitos	987.087	1.264.297	-22%
Ações	17.904.154	18.101.455	-1%
Fundos de Investimentos	13.005.062	13.521.202	-4%
Investimentos Imobiliários	3.819.859	3.280.048	18%
Empréstimos	1.884.943	1.777.634	6%
2. Obrigações	2.645.006	2.019.258	31%
Operacional	233.626	246.663	-5%
Contingencial	2.411.380	1.772.590	36%
3. Fundos não Previdenciais	995.628	1.067.196	-7%
Fundos Administrativos	870.923	973.106	-11%
Fundos dos Investimentos	124.705	94.090	33%
4. Resultados a Realizar	497.647	475.402	5%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	61.808.977	60.843.603	2%
Provisões Matemáticas	65.576.225	63.739.245	3%
Superávit/Déficit Técnico	(6.690.777)	(2.895.642)	-131%
Fundos Previdenciais	2.923.529	-	-

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	60.843.603	60.826.580	0%
1. Adições	4.963.300	4.375.369	13%
(+/-) Contribuições	2.656.673	4.375.369	-39%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.306.627	-	-
2. Destinações	(3.997.926)	(4.358.946)	-8%
(-) Benefícios	(3.299.477)	(3.116.393)	6%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(775.399)	-
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(648.799)	(420.424)	54%
(-) Custeio Administrativo	(49.650)	(46.232)	7%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	965.374	17.023	5571%
(+/-) Provisões Matemáticas	1.836.980	5.504.588	-67%
(+/-) Fundos Previdenciais	2.923.529	-	-
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(3.795.135)	(5.487.565)	31%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	61.808.977	60.843.603	2%
(C) Fundos não previdenciais	995.628	1.067.196	-7%
(+/-) Fundos Administrativos	870.923	973.106	-11%
(+/-) Fundos dos Investimentos	124.705	94.090	33%

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	65.076.335	63.432.348	3%
1. Provisões Matemáticas	65.576.225	63.739.245	3%
1.1. Benefícios Concedidos	36.590.864	30.850.331	19%
Benefício Definido	36.590.864	30.850.331	19%
1.2. Benefícios a Conceder	28.985.361	32.888.914	-12%
Benefício Definido	28.985.361	32.888.914	-12%
2. Equilíbrio Técnico	(6.193.230)	(2.420.240)	-156%
2.1 - Resultados Realizados	(6.690.777)	(2.895.642)	-131%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.690.777)	(2.895.642)	-131%
2.2 - Resultados a Realizar	497.647	475.402	5%
3. Fundos	3.048.234	94.090	3140%
3.1 - Fundos Previdenciais	2.923.529	-	-
3.2 - Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	124.705	94.090	33%
4. Exigível Operacional	233.626	246.663	-5%
4.1 - Gestão Previdencial	226.016	224.520	1%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	7.610	22.143	-65%
5. Exigível Contingencial	2.411.380	1.772.590	36%
5.1 - Gestão Previdencial	2.411.380	1.772.590	36%

HENRIQUE JAGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 298.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano Petros PQU



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Petros PQU (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	1.126.719	1.175.373	-4%
Disponível	246	228	8%
Recebível	225	27.639	-99%
Investimentos	1.126.248	1.147.506	-2%
Títulos Públicos	272.280	289.325	-6%
Créditos Privados e Depósitos	14.900	20.765	-28%
Ações	184.115	157.529	17%
Fundos de Investimentos	574.085	590.813	-3%
Investimentos Imobiliários	80.574	88.278	-9%
Empréstimos	294	796	-63%
2. Obrigações	1.126.016	1.147.301	-2%
Operacional	1.124.369	1.142.188	-2%
Contingencial	1.647	5.113	-68%
3. Fundos não Previdenciais	529	490	8%
Fundos dos Investimentos	529	490	8%
4. Resultados a Realizar	174	27.582	-99%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	-	-	-

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Petros PQU (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Adições	107.262	133.658	-20%
(+) Contribuições	53.094	88.351	-40%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	50.702	45.307	12%
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	3.466	-	-
2. Destinações	(107.262)	(133.658)	-20%
(-) Benefícios	(106.955)	(133.331)	-20%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(38)	-
(-) Custeio Administrativo	(307)	(289)	6%
(C) Fundos não previdenciais	529	490	8%
(+/-) Fundos dos Investimentos	529	490	8%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Petros PQU (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.126.719	1.175.373	-4%
2. Equilíbrio Técnico	174	27.582	-99%
2.2 - Resultados a Realizar	174	27.582	-99%
3. Fundos	529	490	8%
3.2 - Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	529	490	8%
4. Exigível Operacional	1.124.369	1.142.188	-2%
4.1 - Gestão Previdencial	1.124.265	1.141.212	-1%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	104	976	-89%
5. Exigível Contingencial	1.647	5.113	-68%
5.1 - Gestão Previdencial	1.647	5.113	-68%

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/Q-1



Demonstrações Contábeis Plano Petros Braskem



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Petros Braskem (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	43.347	40.263	8%
Recebível	6.293	5.038	25%
Investimentos	37.054	35.225	5%
Fundos de Investimentos	37.054	35.225	5%
2. Obrigações	43.277	40.193	8%
Operacional	22.724	12.465	82%
Contingencial	20.553	27.728	-26%
3. Fundos não Previdenciais	70	70	0%
Fundos dos Investimentos	70	70	0%
5. Ativo Líquido (1 - 2 + 3 - 4)	-	-	-

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Petros Braskem (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	-	-	-
1. Adições	10.869	3.530	208%
(+ Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial)	3.700	2.773	33%
(+ Reversão de Contingências - Gestão Previdencial)	7.169	757	847%
2. Destinações	(10.869)	(3.530)	-208%
(-) Benefícios	(10.869)	(3.530)	-208%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	-	-	-
(C) Fundos não previdenciais	70	70	0%
(+/-) Fundos dos Investimentos	70	70	0%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Petros Braskem (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	43.347	40.263	8%
3. Fundos	70	70	0%
3.2 - Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	70	70	0%
4. Exigível Operacional	22.724	12.465	82%
4.1 - Gestão Previdencial	22.724	12.465	82%
5. Exigível Contingencial	20.553	27.728	-26%
5.1 - Gestão Previdencial	20.553	27.728	-26%


HENRIQUE J GER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


LICIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano Petros Copesul



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Petros Copesul (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	953.974	909.068	5%
Disponível	19	106	-82%
Receível	479.847	384.674	25%
Investimentos	474.108	524.288	-10%
Títulos Públicos	80.392	91.925	-13%
Créditos Privados e Depósitos	6.976	9.664	-28%
Ações	100.135	93.592	7%
Fundos de Investimentos	255.827	284.515	-10%
Investimentos Imobiliários	28.452	41.084	-31%
Empréstimos	2.326	3.508	-34%
2. Obrigações	952.681	895.051	6%
Operacional	773.775	744.253	4%
Contingencial	178.906	150.798	19%
3. Fundos não Previdenciais	1.212	1.181	3%
Fundos dos Investimentos	1.212	1.181	3%
4. Resultados a Realizar	81	12.836	-99%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	-	-	-

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Petros Copesul (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Adições	408.937	121.717	236%
(+) Contribuições	394.332	46.102	755%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	14.605	15.238	-4%
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	60.377	-
2. Destinações	(408.937)	(121.717)	236%
(-) Benefícios	(380.419)	(121.455)	213%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(28.238)	-	-
(-) Custeio Administrativo	(280)	(262)	7%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	-	-	-
(C) Fundos não previdenciais	1.212	1.181	3%
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.212	1.181	3%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - Petros Copesul (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	953.974	909.068	5%
2. Equilíbrio Técnico	81	12.836	-99%
2.2 - Resultados a Realizar	81	12.836	-99%
3. Fundos	1.212	1.181	3%
3.2 - Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.212	1.181	3%
4. Exigível Operacional	773.775	744.253	4%
4.1 - Gestão Previdencial	773.742	743.799	4%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	33	454	-93%
5. Exigível Contingencial	178.906	150.798	19%
5.1 - Gestão Previdencial	178.906	150.798	19%

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/0-1



Demonstrações Contábeis Plano Petros Ultrafertil



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Petros Ultrafertil (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	1.009.852	1.043.849	-3%
Disponível	168	181	-7%
Receivável	80.240	69.141	16%
Investimentos	929.444	974.527	-5%
Títulos Públicos	242.208	233.824	4%
Créditos Privados e Depósitos	27.339	31.130	-12%
Ações	146.264	125.143	17%
Fundos de Investimentos	427.583	499.480	-14%
Investimentos Imobiliários	70.525	70.129	1%
Empréstimos	15.525	14.821	5%
2. Obrigações	75.697	54.912	17%
Operacional	4.400	4.925	-11%
Contingencial	71.297	59.987	19%
3. Fundos não Previdenciais	1.637	1.289	27%
Fundos dos Investimentos	1.637	1.289	27%
4. Resultados a Realizar	22.946	21.911	5%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	909.572	955.737	-5%
Provisões Matemáticas	1.172.143	1.082.190	8%
Superávit/Déficit Técnico	(262.571)	(126.453)	-108%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Petros Ultrafertil (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	955.737	996.326	-4%
1. Adições	47.405	49.472	-4%
(+) Contribuições	9.773	9.227	6%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	37.632	40.245	-6%
2. Destinações	(99.570)	(90.061)	4%
(-) Benefícios	(81.358)	(71.270)	14%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(11.845)	(18.457)	-36%
(-) Custeio Administrativo	(367)	(334)	10%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	(46.165)	(40.589)	-14%
(+/-) Provisões Matemáticas	89.953	89.868	0%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(136.118)	(130.457)	-4%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	909.572	955.737	-5%
(C) Fundos não previdenciais	1.637	1.289	27%
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.637	1.289	27%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Petros Ultrafertil (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.009.852	1.043.849	-3%
1. Provisões Matemáticas	1.172.143	1.082.190	8%
1.1. Benefícios Concedidos	1.052.751	949.545	11%
Benefício Definido	1.052.751	949.545	11%
1.2. Benefícios a Conceder	119.392	132.645	-10%
Benefício Definido	119.392	132.645	-10%
2. Equilíbrio Técnico	(239.625)	(104.542)	-129%
2.1 - Resultados Realizados	(262.571)	(126.453)	-108%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(262.571)	(126.453)	-108%
2.2 - Resultados a Realizar	22.946	21.911	5%
3. Fundos	1.637	1.289	27%
3.2 - Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.637	1.289	27%
4. Exigível Operacional	4.400	4.925	-11%
4.1 - Gestão Previdencial	4.803	4.143	4%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	97	782	-88%
5. Exigível Contingencial	71.297	59.987	19%
5.1 - Gestão Previdencial	71.297	59.987	19%

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1

Demonstração do Ativo Líquido do Plano Petros Nitriflex/Lanxess (em R\$)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	172.705	176.014	-2%
Disponível	49	32	53%
Receível	4.815	4.629	4%
Investimentos	167.841	171.358	-2%
Títulos Públicos	43.123	41.622	4%
Créditos Privados e Depósitos	4.787	5.494	-13%
Ações	26.349	22.544	17%
Fundos de Investimentos	76.833	86.711	-11%
Investimentos Imobiliários	14.385	12.633	14%
Empréstimos	2.364	2.349	1%
2. Obrigações	2.829	2.988	-5%
Operacional	915	1.022	-10%
Contingencial	1.914	1.966	-3%
3. Fundos não Previdenciais	127	136	-7%
Fundos dos Investimentos	127	136	-7%
4. Resultados a Realizar	4.134	3.947	5%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 + 4)	165.615	168.943	-2%
Provisões Matemáticas	130.830	124.486	5%
Superávit/Déficit Técnico	32.707	38.000	-14%
Fundos Previdenciais	2.078	6.457	-68%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Petros Nitriflex/Lanxess (em R\$)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	168.943	171.490	-1%
1. Adições	7.642	7.581	1%
(+) Contribuições	625	572	9%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.965	6.959	0%
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	52	-	-
2. Destinações	(10.970)	(10.078)	9%
(-) Benefícios	(10.952)	(9.942)	10%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(112)	-
(-) Custeio Administrativo	(18)	(24)	-25%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	(3.328)	(2.547)	-31%
(+/-) Provisões Matemáticas	6.343	2.212	187%
(+/-) Fundos Previdenciais	(4.378)	(12.190)	64%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(5.293)	7.431	-171%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	165.615	168.943	-2%
(C) Fundos não previdenciais	127	136	-7%
(+/-) Fundos dos Investimentos	127	136	-7%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Petros Nitriflex/Lanxess (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	172.705	176.014	-2%
1. Provisões Matemáticas	130.830	124.486	5%
1.1. Benefícios Concedidos	129.696	121.479	7%
Benefício Definido	129.696	121.479	7%
1.2. Benefícios a Conceder	1.134	3.007	-62%
Benefício Definido	1.134	3.007	-62%
2. Equilíbrio Técnico	36.841	41.947	-12%
2.1 - Resultados Realizados	32.707	38.000	-14%
Superávit Técnico Acumulado	32.707	38.000	-14%
Reserva de Contingência	32.707	31.122	5%
Reserva para Revisão de Plano	-	6.878	-
2.2 - Resultados a Realizar	4.134	3.947	5%
3. Fundos	2.205	6.593	-67%
3.1 - Fundos Previdenciais	2.078	6.457	-68%
3.2 - Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	127	136	-7%
4. Edível Operacional	915	1.022	-10%
4.1 - Gestão Previdencial	896	882	2%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	19	140	-86%
5. Edível Contingencial	1.914	1.966	-3%
5.1 - Gestão Previdencial	1.914	1.966	-3%

HENRIQUE JAGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO RAGES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 997.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/D-1



Demonstrações Contábeis Plano Petros Lanxess



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Petros Lanxess (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	1.192.699	1.210.048	-1%
Disponível	361	220	64%
Receivável	40.325	41.476	-3%
Investimentos	1.152.013	1.168.352	-1%
Títulos Públicos	306.389	294.986	4%
Créditos Privados e Depósitos	32.241	36.398	-13%
Ações	177.493	151.852	17%
Fundos de Investimentos	520.634	563.400	-11%
Investimentos Imobiliários	98.038	85.103	15%
Empréstimos	17.218	16.003	8%
2. Obrigações	72.783	78.679	-7%
Operacional	2.752	3.326	-17%
Contingencial	70.031	75.347	-7%
3. Fundos não Previdenciais	796	528	51%
Fundos dos Investimentos	796	528	51%
4. Resultados a Realizar	27.846	26.589	5%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	1.091.274	1.104.258	-1%
Provisões Matemáticas	1.032.520	967.654	7%
Superávit/Déficit Técnico	58.754	136.604	-57%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Petros Lanxess (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	1.104.258	1.119.999	-1%
1. Adições	58.278	55.599	5%
(+) Contribuições	6.641	6.662	0%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	49.793	48.937	2%
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	1.844	-	-
2. Destinações	(71.262)	(71.840)	0%
(-) Benefícios	(70.988)	(66.339)	7%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(4.739)	-
(-) Custeio Administrativo	(274)	(262)	5%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	(12.984)	(15.741)	18%
(+/-) Provisões Matemáticas	64.865	(1.324)	4999%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(77.849)	(14.417)	-440%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	1.091.274	1.104.258	-1%
(C) Fundos não previdenciais	796	528	51%
(+/-) Fundos dos Investimentos	796	528	51%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Petros Lanxess (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.192.699	1.210.048	-1%
1. Provisões Matemáticas	1.032.520	967.654	7%
1.1. Benefícios Concedidos	916.469	848.418	8%
Benefício Definido	916.469	848.418	8%
1.2. Benefícios a Conceder	116.051	119.236	-3%
Benefício Definido	116.051	119.236	-3%
2. Equilíbrio Técnico	86.600	163.193	-47%
2.1 - Resultados Realizados	58.754	136.604	-57%
Superávit Técnico Acumulado	58.754	136.604	-57%
Reserva de Contingência	58.754	136.604	-57%
2.2 - Resultados a Realizar	27.846	26.589	5%
3. Fundos	796	528	51%
3.2 - Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	796	528	51%
4. Exigível Operacional	2.752	3.326	-17%
4.1 - Gestão Previdencial	2.614	2.377	10%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	138	949	-85%
5. Exigível Contingencial	70.031	75.347	-7%
5.1 - Gestão Previdencial	70.031	75.347	-7%

HENRIQUE JAGER
Presidente
CPF: 851.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.938-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/0-1

Demonstração do Ativo Líquido do Plano Petros 2 (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	8.812.021	6.611.505	33%
Receíveis	65.879	46.099	43%
Investimentos	8.746.142	6.565.406	33%
Títulos Públicos	228.816	94.943	141%
Créditos Privados e Depósitos	187.706	170.169	10%
Ações	611.771	730.247	-16%
Fundos de Investimentos	7.180.125	5.217.230	38%
Investimentos Imobiliários	222.065	123.244	80%
Empréstimos	315.659	229.573	37%
2. Obrigações	10.955	6.582	66%
Operacional	9.836	5.581	76%
Contingencial	1.119	1.001	12%
3. Fundos não Previdenciais	74.619	51.084	46%
Fundos Administrativos	64.617	44.998	44%
Fundos dos Investimentos	10.002	6.086	64%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	8.726.447	6.553.839	33%
Provisões Matemáticas	8.619.357	6.162.539	40%
Superávit/Déficit Técnico	93.169	-	-
Fundos Previdenciais	13.921	391.300	-96%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Petros 2 (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	6.553.839	4.849.967	35%
1. Adições	2.280.502	1.783.648	28%
(+/-) Contribuições	1.608.544	1.405.157	14%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	671.958	378.491	78%
2. Destinações	(107.894)	(79.776)	35%
(-) Benefícios	(43.290)	(23.735)	82%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(118)	(149)	-21%
(-) Custeio Administrativo	(64.486)	(55.892)	15%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	2.172.608	1.703.872	28%
(+/-) Provisões Matemáticas	2.456.818	1.717.656	43%
(+/-) Fundos Previdenciais	(377.379)	(13.784)	-2638%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	93.169	-	-
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	8.726.447	6.553.839	33%
(C) Fundos não previdenciais	74.619	51.084	46%
(+/-) Fundos Administrativos	64.617	44.998	44%
(+/-) Fundos dos Investimentos	10.002	6.086	64%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Petros 2 (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	8.747.404	6.566.507	33%
1. Provisões Matemáticas	8.619.357	6.162.539	40%
1.1. Benefícios Concedidos	270.627	102.733	163%
Contribuição Definida	6.099	1.072	469%
Benefício Definido	264.528	101.661	160%
1.2. Benefícios a Conceder	8.348.730	6.059.806	38%
Contribuição Definida	8.015.068	6.004.860	33%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	4.367.279	3.349.294	30%
Saldo de Contas - parcela participantes	3.647.789	2.655.566	37%
Benefício Definido	333.662	54.946	507%
2. Equilíbrio Técnico	93.169	-	-
2.1 - Resultados Realizados	93.169	-	-
Superávit Técnico Acumulado	93.169	-	-
Reserva de Contingência	93.169	-	-
3. Fundos	23.923	397.386	-94%
3.1 - Fundos Previdenciais	13.921	391.300	-96%
3.2 - Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	10.002	6.086	64%
4. Edível Operacional	9.836	5.581	76%
4.1 - Gestão Previdencial	9.625	5.512	75%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	211	69	206%
5. Edível Contingencial	1.119	1.001	12%
5.1 - Gestão Previdencial	1.119	1.001	12%

HENRIQUE JAGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 587.874.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano Cachoeira Dourada



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Cachoeira Dourada (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	7.434	6.477	15%
Investimentos	7.434	6.477	15%
Fundos de Investimentos	7.434	6.477	15%
2. Obrigações	2	1	100%
Operacional	2	1	100%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	7.432	6.476	15%
Provisões Matemáticas	6.973	6.089	15%
Fundos Previdenciais	459	387	19%

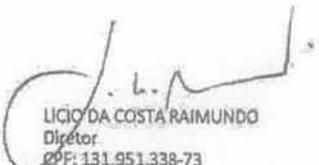
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Cachoeira Dourada (em R\$ mil)

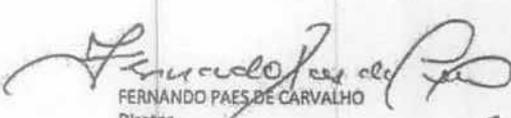
Descrição	Dez		Δ % Dez 2013/Dez 2013
	2013	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	6.476	5.869	10%
1. Adições	1.147	859	34%
(+) Contribuições	448	436	3%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	699	423	65%
2. Destinações	(191)	(252)	-24%
(-) Benefícios	(171)	(233)	-27%
(-) Custeio Administrativo	(20)	(19)	5%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	956	607	57%
(+/-) Provisões Matemáticas	885	582	52%
(+/-) Fundos Previdenciais	71	25	184%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	7.432	6.476	15%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Cachoeira Dourada (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	7.434	6.477	15%
1. Provisões Matemáticas	6.973	6.089	15%
1.1. Benefícios Concedidos	724	743	-3%
Contribuição Definida	724	743	-3%
1.2. Benefícios a Conceder	6.249	5.346	17%
Contribuição Definida	6.249	5.346	17%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	2.934	2.508	17%
Saldo de Contas - parcela participantes	3.315	2.838	17%
3. Fundos	459	387	19%
3.1 - Fundos Previdenciais	459	387	19%
4. Exigível Operacional	2	1	100%
4.1 - Gestão Previdencial	2	1	100%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano Concepa



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Concepa (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	495	438	13%
Investimentos	495	438	13%
Fundos de Investimentos	495	438	13%
2. Obrigações	2	2	0%
Operacional	2	2	0%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	493	436	13%
Provisões Matemáticas	312	258	21%
Fundos Previdenciais	181	178	2%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Concepa (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	436	401	9%
1. Adições	78	55	42%
(+) Contribuições	31	26	19%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	47	29	62%
2. Destinações	(21)	(20)	5%
(-) Benefícios	(20)	(19)	5%
(-) Custeio Administrativo	(1)	(1)	0%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	57	35	63%
(+/-) Provisões Matemáticas	54	33	64%
(+/-) Fundos Previdenciais	3	2	50%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	493	436	13%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Concepa (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	495	438	13%
1. Provisões Matemáticas	312	258	21%
1.1. Benefícios Concedidos	75	71	6%
Contribuição Definida	75	71	6%
1.2. Benefícios a Conceder	237	187	27%
Contribuição Definida	237	187	27%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	117	94	24%
Saldo de Contas - parcela participantes	120	93	29%
3. Fundos	181	178	2%
3.1 - Fundos Previdenciais	181	178	2%
4. Exigível Operacional	2	2	0%
4.1 - Gestão Previdencial	2	2	0%

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano DBA



Demonstração do Ativo Líquido do Plano DBA (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos			
Investimentos	46	17.792	-100%
Fundos de Investimentos	46	17.792	-100%
2. Obrigações			
Operacional	46	17.792	-100%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	-	-	-

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano DBA (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	-	16.025	-
1. Adições			
(+) Contribuições	19.525	1.229	1489%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	19.100	41	46485%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	425	1.188	-64%
2. Destinações			
(-) Benefícios	(19.525)	(17.254)	13%
(-) Custeio Administrativo	(19.495)	(17.254)	13%
(-) Custeio Administrativo	(30)	-	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)			
(+/-) Provisões Matemáticas	-	(16.025)	-
(+/-) Fundos Previdenciais	-	(8.139)	-
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-	(3.154)	-
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-	(4.732)	-
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	-	-	-

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios DBA (em R\$ mil)

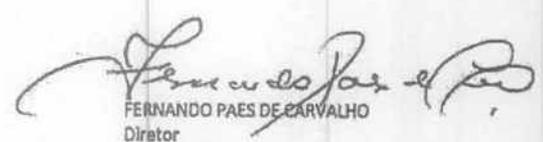
Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	46	17.792	-100%
4. Exigível Operacional	46	17.792	-100%
4.1 - Gestão Previdencial	46	17.792	-100%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/0-1


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68



Demonstrações Contábeis Plano Transpetro



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Transpetro (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	1.718	3.030	-43%
Recebível	85	42	102%
Investimentos	1.633	2.988	-45%
Fundos de Investimentos	1.574	2.915	-46%
Empréstimos	59	73	-19%
2. Obrigações	1.718	3.030	-43%
Operacional	1.668	3.024	-45%
Contingencial	50	6	733%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	-	-	-

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Transpetro (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	-	-	-
1. Adições	2.263	9.870	-77%
(+ Contribuições)	2.000	9.367	-79%
(+ Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial)	263	503	-48%
2. Destinações	(2.263)	(9.870)	-77%
(- Benefícios)	(2.219)	(9.870)	-78%
(- Constituição de Contingências - Gestão Previdencial)	(44)	-	-
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	-	-	-

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Transpetro (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.718	3.030	-43%
4. Exigível Operacional	1.668	3.024	-45%
4.1 - Gestão Previdencial	1.626	2.982	-45%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	42	42	0%
5. Exigível Contingencial	50	6	733%
5.1 - Gestão Previdencial	50	6	733%

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERBEIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano Triunfo Vida



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Triunfo Vida (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	27	27	0%
Receível	27	27	0%
2. Obrigações	27	27	0%
Contingencial	27	27	0%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	-	-	-

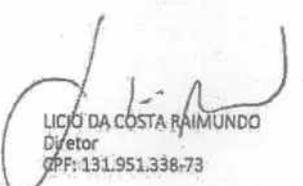
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Triunfo Vida (em R\$ mil)

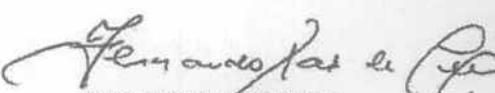
Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Adições	-	8.549	-
(+) Contribuições	-	8.482	-
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	67	-
2. Destinações	-	(8.549)	-
(-) Benefícios	-	(8.559)	-
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(21)	-
(-) Custeio Administrativo	-	31	-
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	-	-	-

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Triunfo Vida (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	27	27	0%
5. Exigível Contingencial	27	27	0%
5.1 - Gestão Previdencial	27	27	0%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano ALESAT



Demonstração do Ativo Líquido do Plano ALESAT (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	14.501	11.777	23%
<u>Investimentos</u>	14.501	11.777	23%
Fundos de Investimentos	14.501	11.777	23%
2. Obrigações	272	327	-17%
Operacional	272	327	-17%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	14.229	11.450	24%
Provisões Matemáticas	14.071	11.282	25%
Fundos Previdenciais	158	168	-6%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano ALESAT (em R\$ mil)

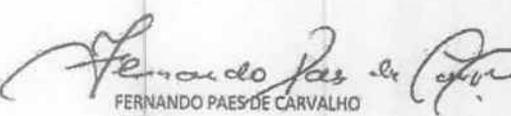
Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	11.450	8.796	30%
1. Adições	4.025	3.056	32%
(+) Contribuições	2.705	2.337	16%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.320	719	84%
2. Destinações	(1.246)	(402)	210%
(-) Benefícios	(1.144)	(310)	269%
(-) Custeio Administrativo	(102)	(92)	11%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	2.779	2.654	5%
(+/-) Provisões Matemáticas	2.789	2.534	10%
(+/-) Fundos Previdenciais	(10)	120	-108%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	14.229	11.450	24%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios ALESAT (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	14.501	11.777	23%
1. Provisões Matemáticas	14.071	11.282	25%
1.1. Benefícios Concedidos	115	-	-
Contribuição Definida	115	-	-
1.2. Benefícios a Conceder	13.956	11.282	24%
Contribuição Definida	13.956	11.282	24%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	5.730	4.712	22%
Saldo de Contas - parcela participantes	8.226	6.570	25%
3. Fundos	158	168	-6%
3.1 - Fundos Previdenciais	158	168	-6%
4. Exigível Operacional	272	327	-17%
4.1 - Gestão Previdencial	272	327	-17%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano IBPprev Associados



Demonstração do Ativo Líquido do Plano IBP (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	14.499	10.748	35%
Recebível	-	8	-
Investimentos	14.499	10.740	35%
Fundos de Investimentos	14.442	10.564	37%
Empréstimos	57	176	-68%
2. Obrigações	9	20	-55%
Operacional	9	20	-55%
3. Fundos não Previdenciais	1	9	-89%
Fundos Administrativos	-	8	-
Fundos dos Investimentos	1	1	0%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	14.489	10.719	35%
Provisões Matemáticas	14.216	10.627	34%
Fundos Previdenciais	273	92	197%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano IBP (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	10.719	8.690	23%
1. Adições	4.253	2.636	61%
(+/-) Contribuições	2.991	1.974	52%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.262	662	91%
2. Destinações	(483)	(607)	-20%
(-) Benefícios	(368)	(534)	-31%
(-) Custeio Administrativo	(115)	(73)	58%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	3.770	2.029	86%
(+/-) Provisões Matemáticas	3.589	1.944	85%
(+/-) Fundos Previdenciais	181	85	113%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	14.489	10.719	35%
(C) Fundos não previdenciais	1	9	-
(+/-) Fundos Administrativos	-	8	-
(+/-) Fundos dos Investimentos	1	1	-

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios IBP (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	14.499	10.740	35%
1. Provisões Matemáticas	14.216	10.627	34%
1.1. Benefícios Concedidos	995	-	-
Contribuição Definida	995	-	-
1.2. Benefícios a Conceder	13.221	10.627	24%
Contribuição Definida	13.221	10.627	24%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	6.140	4.912	25%
Saldo de Contas - parcela participantes	7.081	5.715	24%
3. Fundos	274	93	195%
3.1 - Fundos Previdenciais	273	92	197%
3.2 - Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1	1	0%
4. Exigível Operacional	9	20	-55%
4.1 - Gestão Previdencial	9	18	-50%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	-	2	-

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano PQU Previdência



Demonstração do Ativo Líquido do Plano PQU Previdência (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013	
	2014	2013		
1. Ativos			31	-
Investimentos	-		31	-
Fundos de Investimentos	-		31	-
2. Obrigações	-		31	-
Operacional	-		31	-
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	-		-	-

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano PQU Previdência (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013	
	2014	2013		
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	-		-	-
1. Adições				
(+) Contribuições	34		7.428	-100%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	33		7.305	-100%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1		123	-99%
2. Destinações				
(-) Benefícios	(34)		(7.428)	-100%
(-) Custeio Administrativo	(23)		(7.428)	-100%
(-) Custeio Administrativo	(11)		-	-
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	-		-	-

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PQU Previdência (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013	
	2014	2013		
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	-		31	-
4. Exigível Operacional	-		31	-
4.1 - Gestão Previdencial	-		31	-


HENRIQUE JAGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


LICIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68



Demonstrações Contábeis Plano Copesulprev



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Copesulprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	457	605	-24%
Receíveis	-	26	-
Investimentos	457	579	-21%
Fundos de Investimentos	457	579	-21%
2. Obrigações	457	605	-24%
Operacional	457	579	-21%
Contingencial	-	26	-
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	-	-	-

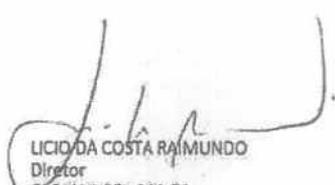
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Copesulprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	-	-	-
1. Adições	367	98	274%
(+ Contribuições	279	58	381%
(+ Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	62	40	55%
(+ Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	26	-	-
2. Destinações	(367)	(98)	-274%
(-) Benefícios	(367)	(72)	-410%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(26)	-
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	-	-	-

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Copesulprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	457	605	-24%
4. Exigível Operacional	457	579	-21%
4.1 - Gestão Previdencial	457	579	-21%
5. Exigível Contingencial	-	26	-
5.1 - Gestão Previdencial	-	26	-


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/0-1



Demonstrações Contábeis Plano Misto Sanasa



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Misto Sanasa (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	129.399	105.309	23%
Recebível	-	21	-
Investimentos	129.399	105.288	23%
Fundos de Investimentos	128.548	104.577	23%
Empréstimos	851	711	20%
2. Obrigações	613	469	31%
Operacional	613	469	31%
3. Fundos não Previdenciais	15	81	-52%
Fundos Administrativos	-	21	-
Fundos dos Investimentos	15	10	50%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	128.771	104.809	23%
Provisões Matemáticas	106.952	85.140	26%
Fundos Previdenciais	21.819	19.669	11%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Misto Sanasa (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	104.809	86.861	21%
1. Adições	27.458	20.856	32%
(+/-) Contribuições	15.629	14.179	10%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	11.829	6.677	77%
2. Destinações	(3.496)	(2.908)	20%
(-) Benefícios	(2.850)	(2.352)	21%
(-) Custeio Administrativo	(646)	(556)	16%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	23.962	17.948	34%
(+/-) Provisões Matemáticas	21.812	15.513	41%
(+/-) Fundos Previdenciais	2.150	2.435	-12%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	128.771	104.809	23%
(C) Fundos não previdenciais	15	31	-52%
(+/-) Fundos Administrativos	-	21	-
(+/-) Fundos dos Investimentos	15	10	50%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Misto Sanasa (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	129.399	105.287	23%
1. Provisões Matemáticas	106.952	85.140	26%
1.1. Benefícios Concedidos	23.666	18.030	31%
Benefício Definido	23.666	18.030	31%
1.2. Benefícios a Conceder	83.286	67.110	24%
Contribuição Definida	83.286	67.110	24%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	39.639	31.992	24%
Saldo de Contas - parcela participantes	43.647	35.118	24%
3. Fundos	21.834	19.679	11%
3.1 - Fundos Previdenciais	21.819	19.669	11%
3.2 - Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	15	10	50%
4. Exigível Operacional	613	468	31%
4.1 - Gestão Previdencial	605	465	30%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	8	3	167%

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano Manguinhos



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Manguinhos (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	2	21	-90%
Investimentos	2	21	-90%
Fundos de Investimentos	2	21	-90%
2. Obrigações	2	21	-90%
Operacional	2	21	-90%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	-	-	-

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Manguinhos (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	-	-	-
1. Adições	20	27	-26%
(+) Contribuições	19	24	-21%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1	3	-67%
2. Destinações	(20)	(27)	-26%
(-) Benefícios	(20)	(27)	-26%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	-	-	-

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Manguinhos (em R\$ mil)

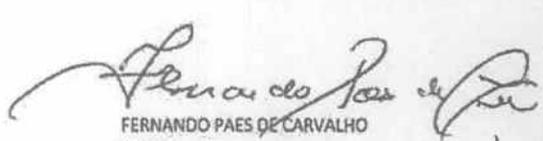
Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	2	21	-90%
4. Exigível Operacional	2	21	-90%
4.1 - Gestão Previdencial	2	21	-90%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


DANILO PEREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68



Demonstrações Contábeis Plano Termoprev



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Termoprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	878	856	3%
Receível	-	4	-
Investimentos	878	852	3%
Fundos de Investimentos	843	808	4%
Empréstimos	35	44	-20%
3. Fundos não Previdenciais	-	4	-
Fundos Administrativos	-	4	-
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	878	852	3%
Provisões Matemáticas	840	852	-1%
Fundos Previdenciais	38	-	-

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Termoprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	852	621	37%
1. Adições	264	238	11%
(+) Contribuições	173	184	-6%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	91	54	69%
2. Destinações	(238)	(7)	3300%
(-) Benefícios	(229)	-	-
(-) Custeio Administrativo	(9)	(7)	29%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	26	231	-89%
(+/-) Provisões Matemáticas	(12)	231	-105%
(+/-) Fundos Previdenciais	38	-	-
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	878	852	3%
(C) Fundos não previdenciais	-	4	-
(+/-) Fundos Administrativos	-	4	-

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Termoprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	878	852	3%
1. Provisões Matemáticas	840	852	-1%
1.2. Benefícios a Conceder	840	852	-1%
Contribuição Definida	840	852	-1%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	404	409	-1%
Saldo de Contas - parcela participantes	436	443	-2%
3. Fundos	38	-	-
3.1 - Fundos Previdenciais	38	-	-

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1

Demonstração do Ativo Líquido do Plano FIEPEprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	34.673	27.025	28%
Receivível	-	6	-
Investimentos	34.673	27.019	28%
Fundos de Investimentos	33.457	26.215	28%
Empréstimos	1.216	804	51%
2. Obrigações	493	288	71%
Operacional	493	288	71%
3. Fundos não Previdenciais	6	3	100%
Fundos dos Investimentos	6	3	100%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	34.174	26.734	28%
Provisões Matemáticas	33.321	26.288	27%
Superávit/Déficit Técnico	232	28	729%
Fundos Previdenciais	621	418	49%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano FIEPEprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	26.734	21.725	23%
1. Adições	9.021	6.777	33%
(+/-) Contribuições:	5.891	5.039	17%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.130	1.738	80%
2. Destinações	(1.581)	(1.768)	-11%
(-) Benefícios	(1.347)	(1.567)	-14%
(-) Custeio Administrativo	(234)	(201)	16%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	7.440	5.009	49%
(+/-) Provisões Matemáticas	7.033	4.805	46%
(+/-) Fundos Previdenciais	204	208	-2%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	203	(4)	5175%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	34.174	26.734	28%
(C) Fundos não previdenciais	6	3	100%
(+/-) Fundos dos Investimentos	6	3	100%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano FIEPEprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	34.673	27.025	28%
1. Provisões Matemáticas	33.321	26.288	27%
1.1. Benefícios Concedidos	612	608	1%
Contribuição Definida	597	599	0%
Benefício Definido	15	9	67%
1.2. Benefícios a Conceder	32.709	25.680	27%
Contribuição Definida	30.555	23.715	29%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	12.607	9.613	31%
Saldo de Contas - parcela participantes	17.948	14.102	27%
Benefício Definido	2.154	1.965	10%
2. Equilíbrio Técnico	232	28	729%
2.1 - Resultados Realizados	232	28	729%
Superávit Técnico Acumulado	232	28	729%
Reserva de Contingência	232	28	729%
3. Fundos	627	421	49%
3.1 - Fundos Previdenciais	621	418	49%
3.2 - Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	6	3	100%
4. Exigível Operacional	493	288	71%
4.1 - Gestão Previdencial	481	285	69%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	12	3	300%

HENRIQUE JAGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano TBG



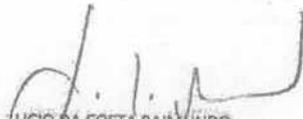
Demonstração do Ativo Líquido do Plano TBG (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	-	-	-

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano TBG (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Adições			
(+) Contribuições	21	640	-97%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	21	623	-97%
	-	17	-
2. Destinações			
(-) Benefícios	(21)	(640)	-97%
(-) Custeio Administrativo	(3)	(660)	-100%
	(18)	20	-190%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	-	-	-


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano PTAprev



Demonstração do Ativo Líquido do Plano PTAprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	14.954	11.871	26%
Recebível	-	7	-
Investimentos	14.954	11.864	26%
Fundos de Investimentos	14.522	11.449	27%
Empréstimos	432	415	4%
2. Obrigações	87	56	55%
Operacional	87	56	55%
3. Fundos não Previdenciais	3	9	-67%
Fundos Administrativos	-	7	-
Fundos dos Investimentos	3	2	50%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	14.864	11.806	26%
Provisões Matemáticas	14.383	11.689	23%
Fundos Previdenciais	481	117	311%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano PTAprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	11.806	7.915	49%
1. Adições	4.202	4.112	2%
(+/-) Contribuições	2.847	3.388	-16%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.355	724	87%
2. Destinações	(1.144)	(221)	418%
(-) Benefícios	(1.014)	(75)	1252%
(-) Custeio Administrativo	(130)	(146)	-11%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	3.058	3.891	-21%
(+/-) Provisões Matemáticas	2.694	3.836	-30%
(+/-) Fundos Previdenciais	364	55	562%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	14.864	11.806	26%
(C) Fundos não previdenciais	3	9	-67%
(+/-) Fundos Administrativos	-	7	-
(+/-) Fundos dos Investimentos	3	2	50%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PTAprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	14.954	11.864	26%
1. Provisões Matemáticas	14.383	11.689	23%
1.2. Benefícios a Conceder	14.383	11.689	23%
Contribuição Definida	14.383	11.689	23%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/Instituidor(es)	7.620	6.333	20%
Saldo de Contas - parcela participantes	6.763	5.356	26%
3. Fundos	484	119	307%
3.1 - Fundos Previdenciais	481	117	311%
3.2 - Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	3	2	50%
4. Exigível Operacional	87	56	55%
4.1 - Gestão Previdencial	84	55	53%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	3	1	200%

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SERGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano PrevFIEPA



Demonstração do Ativo Líquido do Plano PrevFIEPA (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	17.897	12.051	49%
Recebíveis	-	48	-
Investimentos	17.897	12.003	49%
Fundos de Investimentos	17.897	12.003	49%
2. Obrigações	88	65	35%
Operacional	88	65	35%
3. Fundos não Previdenciais	-	47	-
Fundos Administrativos	-	47	-
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	17.809	11.939	49%
Provisões Matemáticas	17.298	11.402	52%
Superávit/Déficit Técnico	338	436	-22%
Fundos Previdenciais	173	101	71%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano PrevFIEPA (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	11.939	7.053	69%
1. Adições	6.366	5.158	23%
(+/-) Contribuições	4.904	4.542	8%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.462	616	137%
2. Destinações	(496)	(272)	82%
(-) Benefícios	(900)	(91)	230%
(-) Custeio Administrativo	(196)	(181)	8%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	5.870	4.886	20%
(+/-) Provisões Matemáticas	5.895	4.523	30%
(+/-) Fundos Previdenciais	72	64	13%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(97)	299	-132%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	17.809	11.939	49%
(C) Fundos não previdenciais	-	47	-
(+/-) Fundos Administrativos	-	47	-

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PrevFIEPA (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	17.897	12.004	49%
1. Provisões Matemáticas	17.298	11.402	52%
1.1. Benefícios Concedidos	259	12	2058%
Contribuição Definida	245	-	-
Benefício Definido	14	12	17%
1.2. Benefícios a Conceder	17.039	11.390	50%
Contribuição Definida	15.961	10.814	48%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	9.754	6.278	55%
Saldo de Contas - parcela participantes	6.207	4.536	37%
Benefício Definido	1.078	576	87%
2. Equilíbrio Técnico	338	436	-22%
2.1 - Resultados Realizados	338	436	-22%
Superávit Técnico Acumulado	338	436	-22%
Reserva de Contingência	124	147	-16%
Reserva para Revisão de Plano	214	289	-26%
3. Fundos	173	101	71%
3.1 - Fundos Previdenciais	173	101	71%
4. Exigível Operacional	88	65	35%
4.1 - Gestão Previdencial	88	65	35%

HENRIQUE JAGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DASILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano PREVFIEA



Demonstração do Ativo Líquido do Plano PREVFIEA (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	8.285	5.666	46%
Investimentos	8.285	5.666	46%
Fundos de Investimentos	8.285	5.666	46%
2. Obrigações	55	13	323%
Operacional	55	13	323%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	8.230	5.653	46%
Provisões Matemáticas	7.867	5.246	50%
Superávit/Déficit Técnico	215	320	-33%
Fundos Previdenciais	148	87	70%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano PREVFIEA (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	5.653	3.770	50%
1. Adições	2.932	2.276	29%
(+/-) Contribuições	2.249	1.953	15%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	683	323	111%
2. Destinações	(355)	(393)	-10%
(-) Benefícios	(265)	(315)	-16%
(-) Custeio Administrativo	(90)	(78)	15%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	2.577	1.883	37%
(+/-) Provisões Matemáticas	2.621	1.764	49%
(+/-) Fundos Previdenciais	61	65	-6%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(105)	54	-294%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	8.230	5.653	46%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - Prevfiea (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	8.285	5.666	46%
1. Provisões Matemáticas	7.867	5.246	50%
1.1. Benefícios Concedidos	13	21	-38%
Benefício Definido	13	21	-38%
1.2. Benefícios a Conceder	7.854	5.225	50%
Contribuição Definida	7.170	4.889	47%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/Instituidor(es)	3.447	2.354	46%
Saldo de Contas - parcela participantes	3.723	2.535	47%
Benefício Definido	684	336	104%
2. Equilíbrio Técnico	215	320	-33%
2.1 - Resultados Realizados	215	320	-33%
Superávit Técnico Acumulado	215	320	-33%
Reserva de Contingência	174	89	96%
Reserva para Revisão de Plano	41	231	-82%
3. Fundos	148	87	70%
3.1 - Fundos Previdenciais	148	87	70%
4. Exigível Operacional	55	13	323%
4.1 - Gestão Previdencial	55	13	323%

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/D-1



Demonstrações Contábeis Plano GasPrev



Demonstração do Ativo Líquido do Plano GasPrev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	22.527	14.881	51%
Receível	-	20	-
Investimentos	22.527	14.861	52%
Fundos de Investimentos	22.527	14.861	52%
2. Obrigações	19	20	-5%
Operacional	19	20	-5%
3. Fundos não Previdenciais	-	20	-
Fundos Administrativos	-	20	-
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	22.508	14.841	52%
Provisões Matemáticas	22.262	14.715	51%
Fundos Previdenciais	246	126	95%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano GasPrev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	14.841	9.430	57%
1. Adições	8.057	5.714	41%
(+/-) Contribuições	6.215	4.896	27%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.842	818	125%
2. Destinações	(390)	(303)	29%
(-) Benefícios	(161)	(114)	41%
(-) Custeio Administrativo	(229)	(189)	21%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	7.667	5.411	42%
(+/-) Provisões Matemáticas	7.547	5.366	41%
(+/-) Fundos Previdenciais	120	45	167%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	22.508	14.841	52%
(C) Fundos não previdenciais	-	20	-
(+/-) Fundos Administrativos	-	20	-

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios GasPrev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	22.527	14.861	52%
1. Provisões Matemáticas	22.262	14.715	51%
1.2. Benefícios a Conceder	22.262	14.715	51%
Contribuição Definida	22.262	14.715	51%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	10.139	6.811	49%
Saldo de Contas - parcela participantes	12.123	7.904	53%
3. Fundos	246	126	95%
3.1 - Fundos Previdenciais	246	126	95%
4. Exigível Operacional	19	20	-5%
4.1 - Gestão Previdencial	19	20	-5%

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FIBREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SERGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano Petro_RG



Demonstração do Ativo Líquido do Plano PETRO_RG (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	5.759	4.379	32%
Investimentos	5.759	4.379	32%
Fundos de Investimentos	5.759	4.379	32%
2. Obrigações	30	23	30%
Operacional	30	23	30%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	5.729	4.356	32%
Provisões Matemáticas	5.615	4.298	31%
Fundos Previdenciais	114	58	97%

Demonstração da Mutações do Ativo Líquido do Plano PETRO_RG (em R\$ mil)

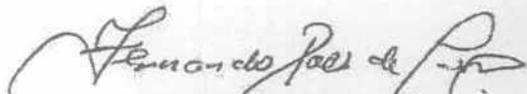
Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	4.356	3.659	19%
1. Adições	1.555	1.244	25%
(+/-) Contribuições	1.047	962	9%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	508	282	80%
2. Destinações	(182)	(547)	-67%
(-) Benefícios	(142)	(510)	-72%
(-) Custeio Administrativo	(40)	(37)	8%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	1.373	697	97%
(+/-) Provisões Matemáticas	1.317	669	97%
(+/-) Fundos Previdenciais	56	28	100%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	5.729	4.356	32%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PETRO RG (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	5.759	4.379	32%
1. Provisões Matemáticas	5.615	4.298	31%
1.1. Benefícios Concedidos	67	69	-3%
Contribuição Definida	67	69	-3%
1.2. Benefícios a Conceder	5.548	4.229	31%
Contribuição Definida	5.548	4.229	31%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/Instituidor(es)	1.843	1.301	42%
Saldo de Contas - parcela participantes	3.705	2.928	27%
3. Fundos	114	58	97%
3.1 - Fundos Previdenciais	114	58	97%
4. Exigível Operacional	30	23	30%
4.1 - Gestão Previdencial	30	23	30%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


LICJO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano Liquigás



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Liquigás (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	48.216	33.762	43%
Investimentos	48.216	33.762	43%
Fundos de Investimentos	48.216	33.762	43%
2. Obrigações	293	168	74%
Operacional	293	168	74%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	47.923	33.594	43%
Provisões Matemáticas	47.448	33.350	42%
Fundos Previdenciais	475	244	95%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Liquigás (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	33.594	21.756	54%
1. Adições	15.789	12.754	24%
(+) Contribuições	11.763	10.872	8%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.026	1.882	114%
2. Destinações	(1.460)	(916)	59%
(-) Benefícios	(1.007)	(501)	101%
(-) Custeio Administrativo	(453)	(415)	9%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	14.329	11.838	21%
(+/-) Provisões Matemáticas	14.098	11.695	21%
(+/-) Fundos Previdenciais	231	143	62%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	47.923	33.594	43%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Liquigás (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	48.216	33.762	43%
1. Provisões Matemáticas	47.448	33.350	42%
1.1. Benefícios Concedidos	2	-	-
Contribuição Definida	2	-	-
1.2. Benefícios a Conceder	47.446	33.350	42%
Contribuição Definida	47.446	33.350	42%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	22.481	15.790	42%
Saldo de Contas - parcela participantes	24.965	17.560	42%
3. Fundos	475	244	95%
3.1 - Fundos Previdenciais	475	244	95%
4. Exigível Operacional	293	168	74%
4.1 - Gestão Previdencial	293	168	74%

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LICÍO DA COSTA RAMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano SulGasprev



Demonstração do Ativo Líquido do Plano SulGasprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	6.660	4.721	41%
Receíveis	-	19	-
Investimentos	6.660	4.702	42%
Fundos de Investimentos	6.660	4.702	42%
2. Obrigações	3,00	-	-
Operacional	3,00	-	-
3. Fundos não Previdenciais	-	19,00	-
Fundos Administrativos	-	19	-
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	6.657	4.702	42%
Provisões Matemáticas	5.709	3.847	48%
Fundos Previdenciais	948	855	11%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano SulGasprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	4.702	2.939	60%
1. Adições	2.425	1.823	33%
(+/-) Contribuições	1.883	1.565	20%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	542	258	110%
2. Destinações	(470)	(60)	683%
(-) Benefícios	(398)	-	-
(-) Custeio Administrativo	(72)	(60)	20%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	1.955	1.763	11%
(+/-) Provisões Matemáticas	1.862	1.419	31%
(+/-) Fundos Previdenciais	93	344	-73%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	6.657	4.702	42%
(C) Fundos não previdenciais	-	19	-
(+/-) Fundos Administrativos	-	19	-

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios SulGasprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	6.660	4.702	42%
1. Provisões Matemáticas	5.709	3.847	48%
1.1. Benefícios Concedidos	228	-	-
Contribuição Definida	228	-	-
1.2. Benefícios a Conceder	5.481	3.847	42%
Contribuição Definida	5.481	3.847	42%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	2.620	1.818	44%
Saldo de Contas - parcela participantes	2.861	2.029	41%
3. Fundos	948	855	11%
3.1 - Fundos Previdenciais	948	855	11%
4. Exigível Operacional	3	-	-
4.1 - Gestão Previdencial	3	-	-

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano TAPMEprev



Demonstração do Ativo Líquido do Plano TAPMEprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	271.260	256.599	6%
Receíveis	10.950	6.167	78%
Investimentos	260.310	250.432	4%
Títulos Públicos	12.567	-	-
Créditos Privados e Depósitos	727	-	-
Ações	52.040	30.388	71%
Fundos de Investimentos	194.976	220.044	-11%
2. Obrigações	4.843	4.235	-12%
Operacional	3.069	3.234	-5%
Contingencial	1.774	1.101	61%
3. Fundos não Previdenciais	5.065	5.678	-11%
Fundos Administrativos	5.065	5.678	-11%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	261.352	246.586	6%
Provisões Matemáticas	260.241	245.907	6%
Fundos Previdenciais	1.111	679	64%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano TAPMEprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	246.586	241.850	2%
1. Adições	93.403	23.151	44%
(+/-) Contribuições	16.418	10.505	56%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	16.985	12.646	34%
2. Destinações	(18.637)	(19.177)	-3%
(-) Benefícios	(16.916)	(17.319)	-2%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(710)	(833)	-15%
(-) Custeio Administrativo	(1.011)	(1.025)	-1%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	14.766	3.974	272%
(+/-) Provisões Matemáticas	14.335	3.462	314%
(+/-) Fundos Previdenciais	431	512	-16%
4. Operações Transitórias	-	752	-
Operações Transitórias	-	752	-
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	261.352	246.586	6%
(C) Fundos não previdenciais	5.065	5.678	-11%
(+/-) Fundos Administrativos	5.065	5.678	-11%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios TAPMEprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	266.195	250.921	6%
1. Provisões Matemáticas	260.241	245.907	6%
1.1. Benefícios Concedidos	213.415	206.927	3%
Benefício Definido	213.415	206.927	3%
1.2. Benefícios a Conceder	80.033	74.639	7%
Contribuição Definida	76.052	71.002	7%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/Instituidor(es)	20.263	19.637	3%
Saldo de Contas - parcela participantes	55.789	51.365	9%
Benefício Definido	3.981	3.631	10%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(39.207)	(35.653)	7%
(-) Déficit Equacionado	(30.032)	(20.026)	-50%
(-) Patrocinador(es)	(30.032)	(20.026)	-50%
(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	(3.175)	(15.627)	80%
(+/-) Patrocinador(es)	(3.175)	(15.627)	80%
3. Fundos	1.111	679	64%
3.1 - Fundos Previdenciais	1.111	679	64%
4. Exigível Operacional	3.069	3.234	-5%
4.1 - Gestão Previdencial	3.069	3.234	-5%
5. Exigível Contingencial	1.774	1.101	61%
5.1 - Gestão Previdencial	1.774	1.101	61%

HENRIQUE RAGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LIÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SERGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano Simeprev



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Simeprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	19.763	14.940	32%
Receíveis	1	1	0%
Investimentos	19.762	14.939	32%
Fundos de Investimentos	19.762	14.939	32%
2. Obrigações	2.226	658	238%
Operacional	2.226	658	238%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	17.537	14.282	23%
Provisões Matemáticas	17.537	14.282	23%

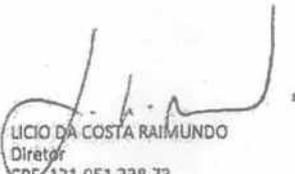
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Simeprev (em R\$ mil)

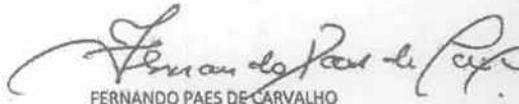
Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	14.282	9.601	49%
1. Adições	7.291	6.167	18%
(+) Contribuições	5.514	5.324	4%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.777	843	111%
2. Destinações	(4.036)	(1.486)	172%
(-) Benefícios	(3.761)	(1.228)	206%
(-) Custeio Administrativo	(275)	(258)	7%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	3.255	4.681	-30%
(+/-) Provisões Matemáticas	3.255	4.681	-30%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	17.537	14.282	23%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Simeprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	19.763	14.940	32%
1. Provisões Matemáticas	17.537	14.282	23%
1.2. Benefícios a Conceder	17.537	14.282	23%
Contribuição Definida	17.537	14.282	23%
Saldo de Contas - parcelas participantes	17.537	14.282	23%
4. Exigível Operacional	2.226	658	238%
4.1 - Gestão Previdencial	2.226	658	238%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/0-1



Demonstrações Contábeis Plano IBA



Demonstração do Ativo Líquido do Plano IBA (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	13.558	11.372	19%
Investimentos	13.558	11.372	19%
Fundos de Investimentos	13.558	11.372	19%
2. Obrigações	70	67	4%
Operacional	70	67	4%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	13.488	11.305	19%
Provisões Matemáticas	13.488	11.305	19%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano IBA (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	11.305	9.411	20%
1. Adições	2.627	2.321	13%
(+) Contribuições	1.379	1.603	-14%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.248	718	74%
2. Destinações	(444)	(427)	4%
(-) Benefícios	(403)	(384)	5%
(-) Custeio Administrativo	(41)	(43)	-5%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	2.183	1.894	15%
(+/-) Provisões Matemáticas	2.183	1.894	15%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	13.488	11.305	19%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios IBAPrev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	13.558	11.372	19%
1. Provisões Matemáticas	13.488	11.305	19%
1.2. Benefícios a Conceder	13.488	11.305	19%
Contribuição Definida	13.488	11.305	19%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	1.911	1.564	22%
Saldo de Contas - parcela participantes	11.577	9.741	19%
4. Exigível Operacional	70	67	4%
4.1 - Gestão Previdencial	70	67	4%

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano Culturaprev



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Culturaprev (em R\$ mil)

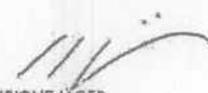
Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	6.129	5.851	5%
Investimentos	6.129	5.851	5%
Fundos de Investimentos	6.129	5.851	5%
2. Obrigações	381	182	109%
Operacional	381	182	109%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	5.748	5.669	1%
Provisões Matemáticas	5.748	5.669	1%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Culturaprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	5.669	4.899	16%
1. Adições	1.401	1.296	8%
(+) Contribuições	795	917	-13%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	606	379	60%
2. Destinações	(1.322)	(526)	151%
(-) Benefícios	(1.279)	(475)	169%
(-) Custeio Administrativo	(43)	(51)	-16%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	79	770	-90%
(+/-) Provisões Matemáticas	79	770	-90%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	5.748	5.669	1%

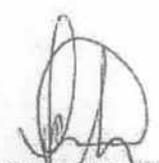
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Culturaprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	6.129	5.851	5%
1. Provisões Matemáticas	5.748	5.669	1%
1.1. Benefícios Concedidos	86	5	1620%
Contribui�o Definida	86	5	1620%
1.2. Benefícios a Conceder	5.662	5.664	0%
Contribui�o Definida	5.662	5.664	0%
Saldo de Contas - parcela participantes	5.662	5.664	0%
4. Exigível Operacional	381	182	109%
4.1 - Gestão Previdencial	381	182	109%


HENRIQUE J GER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


LICIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano SindMed/RJ



Demonstração do Ativo Líquido do Plano SindMed/RJ (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	2.508	1.890	33%
Investimentos	2.508	1.890	33%
Fundos de Investimentos	2.508	1.890	33%
2. Obrigações	5	2	150%
Operacional	5	2	150%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	2.503	1.888	33%
Provisões Matemáticas	2.503	1.888	33%

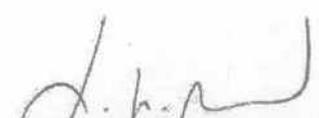
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano SindMed/RJ (em R\$ mil)

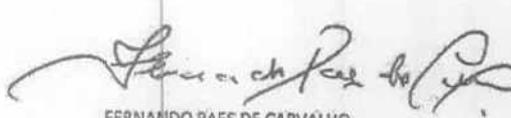
Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	1.888	1.559	21%
1. Adições	772	434	78%
(+) Contribuições	562	315	78%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	210	119	76%
2. Destinações	(157)	(105)	50%
(-) Benefícios	(142)	(93)	53%
(-) Custeio Administrativo	(15)	(12)	25%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	615	329	87%
(+/-) Provisões Matemáticas	615	329	87%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	2.503	1.888	33%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios SindMed/RJ (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	2.508	1.890	33%
1. Provisões Matemáticas	2.503	1.888	33%
1.2. Benefícios a Conceder	2.503	1.888	33%
Contribuição Definida	2.503	1.888	33%
Saldo de Contas - parcela participantes	2.503	1.888	33%
4. Exigível Operacional	5	2	150%
4.1 - Gestão Previdencial	5	2	150%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


DANILO FERRIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano CROPrev



Demonstração do Ativo Líquido do Plano CROPrev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	16.507	13.895	19%
Recebível	-	6	-
Investimentos	16.507	13.889	19%
Fundos de Investimentos	16.507	13.889	19%
2. Obrigações	181	108	68%
Operacional	181	102	77%
Contingencial	-	6	-
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	16.326	13.787	18%
Provisões Matemáticas	16.326	13.787	18%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano CROPrev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	13.787	10.747	28%
1. Adições	4.033	3.551	14%
(+) Contribuições	2.492	2.699	-8%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.535	852	80%
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	6	-	-
2. Destinações	(1.494)	(511)	192%
(-) Benefícios	(1.396)	(419)	233%
(-) Custeio Administrativo	(98)	(92)	7%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	2.539	3.040	-16%
(+/-) Provisões Matemáticas	2.539	3.040	-16%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	16.326	13.787	18%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios CROPrev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	16.507	13.895	19%
1. Provisões Matemáticas	16.326	13.787	18%
1.1. Benefícios a Conceder	16.326	13.787	18%
Contribuição Definida	16.326	13.787	18%
Saldo de Contas - parcela participantes	16.326	13.787	18%
4. Exigível Operacional	181	102	77%
4.1 - Gestão Previdencial	181	102	77%
5. Exigível Contingencial	-	6	-
5.1 - Gestão Previdencial	-	6	-

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68



Demonstrações Contábeis Plano CRAPrev



Demonstração do Ativo Líquido do Plano CRAPrev (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	5.368	4.559	18%
Investimentos	5.368	4.559	18%
Fundos de Investimentos	5.368	4.559	18%
2. Obrigações	87	56	55%
Operacional	87	56	55%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	5.281	4.503	17%
Provisões Matemáticas	5.281	4.503	17%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano CRAPrev (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	4.503	3.480	29%
1. Adições	1.344	1.372	-2%
(+) Contribuições	841	1.096	-23%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	503	276	82%
2. Destinações	(566)	(349)	62%
(-) Benefícios	(526)	(307)	71%
(-) Custeio Administrativo	(40)	(42)	-5%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	778	1.023	-24%
(+/-) Provisões Matemáticas	778	1.023	-24%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	5.281	4.503	17%

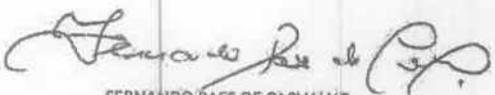
Demonstração das Obrigações Atuais do Plano CRAPrev (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	5.368	4.559	18%
1. Provisões Matemáticas	5.281	4.503	17%
1.2. Benefícios a Conceder	5.281	4.503	17%
Contribuição Definida	5.281	4.503	17%
Saldo de Contas - parcela participantes	5.281	4.503	17%
4. Exigível Operacional	87	56	55%
4.1 - Gestão Previdencial	87	56	55%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano ADUANaprev



Demonstração do Ativo Líquido do Plano ADUANaprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	3.527	4.073	-13%
Investimentos	3.527	4.073	-13%
Fundos de Investimentos	3.527	4.073	-13%
2. Obrigações	7	6	17%
Operacional	7	6	17%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	3.520	4.067	-13%
Provisões Matemáticas	3.520	4.067	-13%

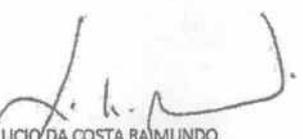
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano ADUANaprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	4.067	3.468	17%
1. Adições	708	668	6%
(+/-) Contribuições	290	408	-29%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	418	260	61%
2. Destinações	(1.255)	(69)	1719%
(-) Benefícios	(1.244)	(53)	2247%
(-) Custelo Administrativo	(11)	(16)	-31%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	(547)	599	-191%
(+/-) Provisões Matemáticas	(547)	599	-191%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	3.520	4.067	-13%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios ADUANaprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	3.527	4.073	-13%
1. Provisões Matemáticas	3.520	4.067	-13%
1.2. Benefícios a Conceder	3.520	4.067	-13%
Contribuição Definida	3.520	4.067	-13%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	691	821	-23%
Saldo de Contas - parcela participantes	2.889	3.246	-11%
4. Exigível Operacional	7	6	17%
4.1 - Gestão Previdencial	7	6	17%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano ANAPARprev



Demonstração do Ativo Líquido do Plano ANAPARprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	197.067	177.456	11%
Receíveis	8	6	33%
Investimentos	197.059	177.450	11%
Fundos de Investimentos	195.623	176.154	11%
Empréstimos	1.436	1.296	11%
2. Obrigações	2.028	1.257	61%
Operacional	2.028	1.251	62%
Contingencial	-	6	-
3. Fundos não Previdenciais	349	330	6%
Fundos dos Investimentos	349	330	6%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	194.690	175.869	11%
Provisões Matemáticas	194.690	175.869	11%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano ANAPARprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	175.869	170.218	3%
1. Adições	37.519	24.994	50%
(+/-) Contribuições	18.370	12.832	43%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	19.143	12.162	57%
(+/-) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	6	-	-
2. Destinações	(18.698)	(19.343)	-3%
(-) Benefícios	(18.264)	(18.862)	-3%
(-) Custeio Administrativo	(434)	(481)	-10%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	18.821	5.651	233%
(+/-) Provisões Matemáticas	18.821	5.651	233%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	194.690	175.869	11%
(C) Fundos não previdenciais	349	330	6%
(+/-) Fundos dos Investimentos	349	330	6%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios ANAPARprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	197.067	177.457	11%
1. Provisões Matemáticas	194.690	175.869	11%
1.1. Benefícios Concedidos	153.537	148.689	3%
Contribuição Definida	153.537	148.689	3%
1.2. Benefícios a Conceder	41.153	27.180	51%
Contribuição Definida	41.153	27.180	51%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	4.591	4.286	7%
Saldo de Contas - parcela participantes	36.562	22.894	60%
3. Fundos	349	330	6%
3.2 - Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	349	330	6%
4. Exigível Operacional	2.028	1.252	62%
4.1 - Gestão Previdencial	2.027	1.251	62%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	1	1	0%
5. Exigível Contingencial	-	6	-
5.1 - Gestão Previdencial	-	6	-

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano FENAJprev



Demonstração do Ativo Líquido do Plano FENAJprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	1.740	1.439	21%
Investimentos	1.740	1.439	21%
Fundos de Investimentos	1.740	1.439	21%
2. Obrigações	50	32	56%
Operacional	50	32	56%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	1.690	1.407	20%
Provisões Matemáticas	1.690	1.407	20%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano FENAJprev (em R\$ mil)

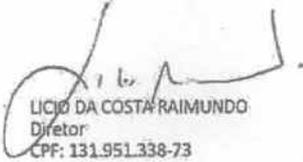
Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	1.407	1.092	29%
1. Adições	431	411	5%
(+) Contribuições	273	324	-16%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	158	87	82%
2. Destinações	(148)	(96)	54%
(-) Benefícios	(134)	(80)	68%
(-) Custeio Administrativo	(14)	(16)	-13%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	283	315	-10%
(+/-) Provisões Matemáticas	283	315	-10%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	1.690	1.407	20%

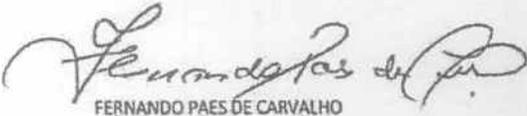
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios FENAJprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.740	1.439	21%
1. Provisões Matemáticas	1.690	1.407	20%
1.2. Benefícios a Conceder	1.690	1.407	20%
Contribuição Definida	1.690	1.407	20%
Saldo de Contas - parcela participantes	1.690	1.407	20%
4. Exigível Operacional	50	32	56%
4.1 - Gestão Previdencial	50	32	56%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano Previttel



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Previttel (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	21	64	-67%
Receível		1	-
Investimentos	21	63	-67%
Fundos de Investimentos	21	63	-67%
2. Obrigações	16	13	23%
Operacional	16	13	23%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	5	51	-90%
Provisões Matemáticas	5	51	-90%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Previttel (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	51	286	-82%
1. Adições	5	62	-92%
(+) Contribuições	2	49	-96%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	3	13	-77%
2. Destinações	(51)	(297)	-83%
(-) Benefícios	(51)	(295)	-83%
(-) Custeio Administrativo	-	(2)	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	(46)	(235)	80%
(+/-) Provisões Matemáticas	(46)	(235)	80%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	5	51	-90%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Previttel (em R\$ mil)

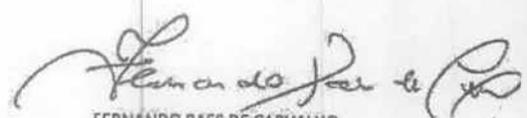
Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	21	64	-67%
1. Provisões Matemáticas	5	51	-90%
1.2. Benefícios a Conceder	5	51	-90%
Contribuição Definida	5	51	-90%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/Instituidor(es)		4	-
Saldo de Contas - parcela participantes	5	47	-89%
4. Exigível Operacional	16	13	23%
4.1 - Gestão Previdencial	16	13	23%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


SERGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/0-1


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68



Demonstrações Contábeis Plano Unimed BH



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Unimed BH (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	295.931	268.899	10%
Receíveis	1	-	-
Investimentos	295.930	268.899	10%
Fundos de Investimentos	295.930	268.899	10%
2. Obrigações	390	200	95%
Operacional	390	200	95%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 + 4)	295.541	268.699	10%
Provisões Matemáticas	293.424	267.110	10%
Fundos Previdenciais	2.117	1.589	33%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Unimed BH (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	268.699	252.031	7%
1. Adições	29.751	19.271	54%
(+/-) Contribuições	1.411	1.356	4%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	28.340	17.915	58%
2. Destinações	(2.909)	(2.603)	12%
(-) Benefícios	(2.865)	(2.558)	12%
(-) Custeio Administrativo	(44)	(45)	-2%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	26.842	16.668	61%
(+/-) Provisões Matemáticas	26.313	15.883	66%
(+/-) Fundos Previdenciais	529	785	-33%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	295.541	268.699	10%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Unimed BH (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	295.931	268.899	10%
1. Provisões Matemáticas	293.424	267.110	10%
1.1. Benefícios Concedidos	492	248	98%
Contribuição Definida	492	248	98%
1.2. Benefícios a Conceder	292.932	266.862	10%
Contribuição Definida	292.932	266.862	10%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	283.909	259.680	9%
Saldo de Contas - parcela participantes	9.023	7.182	26%
3. Fundos	2.117	1.589	33%
3.1 - Fundos Previdenciais	2.117	1.589	33%
4. Exigível Operacional	390	200	95%
4.1 - Gestão Previdencial	390	200	95%

HENRIQUE JAGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

LIZIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

SERGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68



Demonstrações Contábeis Plano Cooperado



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Cooperado (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	46.192	37.888	22%
Receível	-	29	-
Investimentos	46.192	37.859	22%
Fundos de Investimentos	46.192	37.859	22%
2. Obrigações	1.800	1.029	75%
Operacional	1.800	1.029	75%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	44.392	36.859	20%
Provisões Matemáticas	44.392	36.859	20%

Demonstração da Mutações do Ativo Líquido do Plano Cooperado (em R\$ mil)

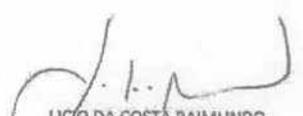
Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	36.859	29.568	25%
1. Adições	10.969	9.662	14%
(+/-) Contribuições	6.743	7.312	-8%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.226	2.350	80%
2. Destinações	(3.436)	(2.371)	45%
(-) Benefícios	(3.173)	(2.095)	51%
(-) Custeio Administrativo	(263)	(276)	-5%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	7.533	7.291	3%
(+/-) Provisões Matemáticas	7.533	7.291	3%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	44.392	36.859	20%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Cooperado (em R\$ mil)

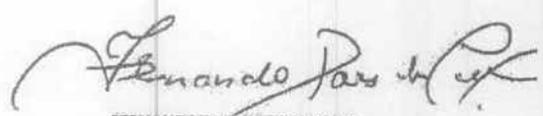
Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	46.192	37.888	22%
1. Provisões Matemáticas	44.392	36.859	20%
1.1. Benefícios Concedidos	195	-	-
Contribuição Definida	195	-	-
1.2. Benefícios a Conceder	44.197	36.859	20%
Contribuição Definida	44.197	36.859	20%
Saldo de Contas - parcela participantes	44.197	36.859	20%
4. Exigível Operacional	1.800	1.029	75%
4.1 - Gestão Previdencial	1.800	1.029	75%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68



Demonstrações Contábeis Plano PreviContas



Demonstração do Ativo Líquido do Plano PreviContas (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	2.834	2.322	22%
Recebível	-	1,00	-
Investimentos	2.834	2.321	22%
Fundos de Investimentos	2.834	2.321	22%
2. Obrigações	1	1	0%
Operacional	1	1	0%
3. Fundos não Previdenciais	-	1	-
Fundos Administrativos	-	1	-
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	2.833	2.320	22%
Provisões Matemáticas	2.833	2.320	22%

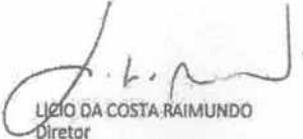
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano PreviContas (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	2.320	1.491	56%
1. Adições	746	878	-15%
(+/-) Contribuições:	479	746	-36%
(+/-) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	267	132	102%
2. Destinações	(233)	(49)	376%
(-) Benefícios	(214)	(24)	792%
(-) Custeio Administrativo	(19)	(25)	-24%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	513	829	-38%
(+/-) Provisões Matemáticas	513	829	-38%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	2.833	2.320	22%
(C) Fundos não previdenciais	-	1	-
(+/-) Fundos Administrativos	-	1	-

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PreviContas (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	2.834	2.321	22%
1. Provisões Matemáticas	2.833	2.320	22%
1.2. Benefícios a Conceder	2.833	2.320	22%
Contribuição Definida	2.833	2.320	22%
Saldo de Contas - parcela participantes	2.833	2.320	22%
4. Exigível Operacional	1	1	0%
4.1 - Gestão Previdencial	1	1	0%


HENRIQUE J GER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


L CIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano PREV-ESTAT



Demonstração do Ativo Líquido do Plano PREV - ESTAT (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos			
Investimentos	344	248	39%
Fundos de Investimentos	344	248	39%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	344	248	39%
Provisões Matemáticas	344	248	39%

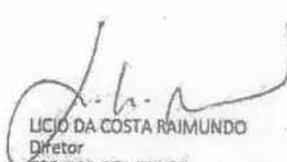
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano PREV - ESTAT (em R\$ mil)

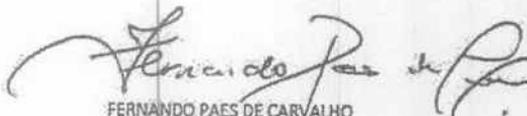
Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	248	171	45%
1. Adições	114	92	24%
(+) Contribuições	84	78	8%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	30	14	114%
2. Destinações	(18)	(15)	20%
(-) Benefícios	(14)	(12)	17%
(-) Custeio Administrativo	(4)	(3)	33%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	96	77	25%
(+/-) Provisões Matemáticas	-96	77	25%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	344	248	39%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PREV - ESTAT (em R\$ mil)

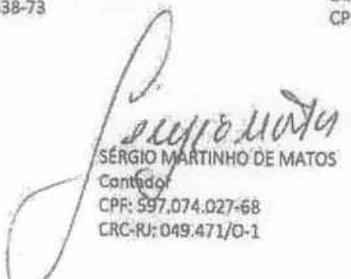
Descrição	Dez	Dez	Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	344	248	39%
1. Provisões Matemáticas	344	248	39%
1.2. Benefícios a Conceder	344	248	39%
Contribuição Definida	344	248	39%
Saldo de Contas - parcela participantes	344	248	39%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano CRCprev



Demonstração do Ativo Líquido do Plano CRCprev (em R\$ mil)

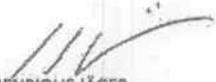
Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	1.414	543	160%
Investimentos	1.414	543	160%
Fundos de Investimentos	1.414	543	160%
2. Obrigações	70	14	400%
Operacional	70	14	400%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	1.344	529	154%
Provisões Matemáticas	1.344	529	154%

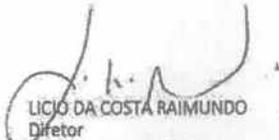
Demonstração da Mutaçào do Ativo Líquido do Plano CRCprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	529	257	106%
1. Adições	989	321	208%
(+) Contribuições	890	296	201%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	99	25	296%
2. Destinações	(174)	(49)	255%
(-) Benefícios	(121)	(34)	256%
(-) Custeio Administrativo	(53)	(15)	253%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	815	272	200%
(+/-) Provisões Matemáticas	815	272	200%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	1.344	529	154%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios CRCprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.414	543	160%
1. Provisões Matemáticas	1.344	529	154%
1.2. Benefícios a Conceder	1.344	529	154%
Contribuição Definida	1.344	529	154%
Saldo de Contas - parcela participantes	1.344	529	154%
4. Exigível Operacional	70	14	400%
4.1 - Gestão Previdencial	70	14	400%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RU: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano Previdália



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Previdália (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
1. Ativos	478	410	17%
Investimentos	478	410	17%
Fundos de Investimentos	478	410	17%
2. Obrigações	15	-	-
Operacional	15	-	-
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	463	410	13%
Provisões Matemáticas	463	410	13%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Previdália (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	410	275	49%
1. Adições	176	140	26%
(+) Contribuições	127	116	9%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	49	24	104%
2. Destinações	(123)	(5)	2360%
(-) Benefícios	(117)	-	-100%
(-) Custeio Administrativo	(6)	(5)	20%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	53	135	-61%
(+/-) Provisões Matemáticas	53	135	-61%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	463	410	13%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Previdália (em R\$ mil)

Descrição	Dez		Δ % Dez 2014/Dez 2013
	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	478	410	17%
1. Provisões Matemáticas	463	410	13%
1.2. Benefícios a Conceder	463	410	13%
Contribuição Definida	463	410	13%
Saldo de Contas - parcela participantes	463	410	13%
4. Exigível Operacional	15	-	-
4.1 - Gestão Previdencial	15	-	-


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


LÍCIO DA COSTA MAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano Prevtran



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Prevtran (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	3.298	2.425	36%
Investimentos	3.298	2.425	36%
Fundos de Investimentos	3.298	2.425	36%
2. Obrigações	145	47	209%
Operacional	145	47	209%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	3.153	2.378	33%
Provisões Matemáticas	3.153	2.378	33%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Prevtran (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	2.378	1.520	56%
1. Adições	1.066	981	9%
(+) Contribuições	773	840	-8%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	293	141	108%
2. Destinações	(291)	(123)	137%
(-) Benefícios	(253)	(84)	201%
(-) Custeio Administrativo	(38)	(39)	-3%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	775	858	-10%
(+/-) Provisões Matemáticas	775	858	-10%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	3.153	2.378	33%

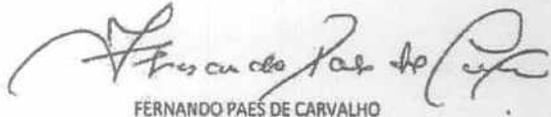
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Prevtran (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	3.298	2.425	36%
1. Provisões Matemáticas	3.153	2.378	33%
1.1. Benefícios Concedidos	271	148	83%
Contribuição Definida	271	148	83%
1.2. Benefícios a Conceder	2.882	2.230	29%
Contribuição Definida	2.882	2.230	29%
Saldo de Contas - parcela participantes	2.882	2.230	29%
4. Exigível Operacional	145	47	209%
4.1 - Gestão Previdencial	145	47	209%


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



Demonstrações Contábeis Plano EsportePrev



Demonstração do Ativo Líquido do Plano EsportePrev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	-	-	-

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano EsportePrev (em R\$ mil)

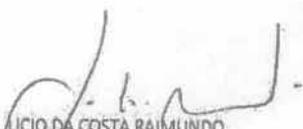
Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	-	8	-
1. Adições	-	5	-
(+) Contribuições	-	5	-
2. Destinações	-	(13)	-
(-) Benefícios	-	(13)	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	-	(8)	-
(+/-) Provisões Matemáticas	-	(8)	-
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	-	-	-

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Esporteprev (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	-	-	-


HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04


DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08


LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73


SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RI: 049.471/O-1


FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68



Demonstrações Contábeis Plano Repsol



Demonstração do Ativo Líquido do Plano Repsol (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
1. Ativos	24.954	23.167	8%
Recebível	-	4	-
Investimentos	24.954	23.163	8%
Fundos de Investimentos	24.954	23.163	8%
2. Obrigações	217	121	79%
Operacional	217	121	79%
3. Fundos não Previdenciais	-	4	-
Fundos Administrativos	-	4	-
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	24.737	23.042	7%
Provisões Matemáticas	22.540	21.142	7%
Fundos Previdenciais	2.197	1.900	16%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Repsol (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
(A) Ativo Líquido - Início do exercício	23.042	21.295	8%
1. Adições	4.859	3.556	37%
(+) Contribuições	2.484	2.040	22%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.375	1.516	57%
2. Destinações	(3.164)	(1.809)	75%
(-) Benefícios	(3.075)	(1.724)	78%
(-) Custeio Administrativo	(89)	(85)	5%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	1.695	1.747	-3%
(+/-) Provisões Matemáticas	1.399	1.657	-16%
(+/-) Fundos Previdenciais	296	90	229%
(B) Ativo Líquido - Final do exercício (A + 3 + 4)	24.737	23.042	7%
(C) Fundos não previdenciais	-	4	-
(+/-) Fundos Administrativos	-	4	-

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Repsol (em R\$ mil)

Descrição	Dez	Dez	Δ %
	2014	2013	Dez 2014/Dez 2013
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	24.954	23.163	8%
1. Provisões Matemáticas	22.540	21.142	7%
1.1. Benefícios Concedidos	4.299	4.275	1%
Contribuição Definida	4.299	4.275	1%
1.2. Benefícios a Conceder	18.241	16.867	8%
Contribuição Definida	18.241	16.867	8%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	6.520	6.070	7%
Saldo de Contas - parcela participantes	11.721	10.797	9%
3. Fundos	2.197	1.900	16%
3.1 - Fundos Previdenciais	2.197	1.900	16%
4. Exigível Operacional	217	121	79%
4.1 - Gestão Previdencial	217	121	79%

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

LÍCIO DA COSTA RAJIMUNDO
Diretor
CPF: 131.951.338-73

FERNANDO PAES DE CARVALHO
Diretor
CPF: 827.300.597-68

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CPF: 597.074.027-68
CRC-RJ: 049.471/O-1



FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

1. Contexto operacional

A Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, constituída pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) em 1969, é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, que, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, tem por objetivos primordiais:

- (i) Instituir, administrar e executar planos de benefícios das empresas ou entidades com as quais tiver firmado convênio de adesão;
- (ii) Prestar serviços de administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária;
- (iii) Promover o bem-estar social dos seus participantes, especialmente no que concerne à previdência.

Para a consecução de seus objetivos, a PETROS obtém recursos de contribuições das empresas patrocinadoras e dos participantes e assistidos, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimentos.

Planos de Benefícios administrados pela PETROS

Plano	Tipo	Patrocinadores ou Instituidores	CNPB
Petros Sistema Petrobras	BD	Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)	1970.0001-47
		Petrobras Distribuidora S.A. (BR)	
		Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS.	
Plano Petros Ultrafertil	BD	Ultrafertil S.A.	2003.0026-18
		Araucária Nitrogenados S.A.	
		Vale Fertilizantes S.A.	
Plano Petros Braskem	BD	(*) Braskem S.A.	2003.0021-38
Plano Petros Copesul	BD	(*) Braskem S.A.	2003.0022-19
Plano Petros Lanxess	BD	Lanxess Elastômeros do Brasil S.A.	2003.0024-56
Plano Petros PQU	BD	(*) Braskem Qpar S.A.	2003.0025-29
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	BD	Nitriflex S.A. Indústria e Comércio	2003.0023-83
		Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda.	

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Plano	Tipo	Patrocinadores ou Instituidores	CNPB
Plano Petros 2	CV	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras;	2007.0015-19
		Petrobras Distribuidora S.A. – BR;	
		Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS.	
		Termomacaé Ltda.	
		Stratyrta Asfaltos S.A.	
		Termobahia S.A;	
		Transporte Brasileiro S.A.	
		Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG	
Petrobras Biocombustíveis S.A.			
Plano Repsol	CD	Repsol Sinopec Brasil S.A.	1999.0031-11
		(*) ALE Combustíveis S.A.	
		(*) Distribuidora de Gás LP Azul S.A.	
		YPF Brasil Comércio de Derivados de Petróleo	
Plano DBA	CD	(*) DBA Engenharia de Sistemas Ltda.	2000.0062-56
Plano Cachoeira Dourada	CD	Cachoeira Dourada S.A	2000.0059-18
Plano Transpetro	CD	(*) Petrobras Transporte S.A. – Transpetro	2000.0073-92
Plano CONCEPA	CD	Concessionária de Rodovia Osório-Porto Alegre S.A - Concepa	2001.0004-56
		Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda.	
Plano TRIUNFO VIDA	CD	(*) Braskem S.A.	2002.0008-83
Plano ALESAT	CD	ALESAT Combustíveis S.A.	2002.0004-92
		(*) Petromarketing Consultoria S.C.	
		(*) Caraú Transporte e Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.	
Plano IBPprev Associados	CD	Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - IBP	2002.0019-11
		Barra Energia Brasil Petróleo e Gás Ltda.	
		Odfjell Gestão e Perfuração do Brasil Ltda.	
Plano PQLU Previdência	CD	(*) Braskem S.A	2003.0005-18
Plano SIMEPREV	CD	Sindicato dos Médicos de São Paulo - SIMESP	2004.0013-56
		Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná - SIMEPAR	
		Sindicato dos Médicos do Estado do Rio Grande do Norte - SinMed/RN	
		Sindicato dos Médicos do Estado do Pará - SindMepa	
		Sindicato dos Médicos do Pernambuco - Simepe	
Plano Copesulprev	CD	(*) Braskem S.A.	2004.0017-47
Plano IBAPrev	CD	Instituto Brasileiro de Atuária.	2004.0023-11



FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Plano	Tipo	Patrocinadores ou Instituidores	CNPB
Plano Culturaprev	CD	ASSAIM - Associação Sergipana de Autores e Intérpretes Musicais	2004.0025-65.
		Cooperativa Paulista de Teatro	
		SATED/CE - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Ceará.	
		SATED/PE - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Pernambuco.	
		SATED/SE - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Sergipe.	
		SINDMUSI/RJ - Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro	
		SATED/RJ - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro.	
		SINAPESP - Sindicato dos Artistas Plásticos do Estado de São Paulo	
		SINDMUSICOS/BA - Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado da Bahia.	
		ABM - Associação Brasileira de Museologia	
		ABRTV - Associação Brasileira de Roteiristas Profissionais de Televisão e Outros Veículos de Comunicação	
		APTC-ABD/RS - Associação Profissional de Técnicos Cinematográficos do Rio Grande do Sul e Brasileira de Documentaristas	
		Conselho Regional de Mato Grosso da Ordem dos Músicos do Brasil	
		IAI - Instituto Amazônia Imaginária	
		SATED/BA - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado da Bahia	
		SATED/RS - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul	
		SATED/SP - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo.	
		STIC - Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual.	
		Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiofusão, Cabodifusão, DISTV, MMDS, TV a cabo, TV por assinatura e similares do Estado do Rio de Janeiro e Sindicato dos Radialistas RJ	
		ABPA - Associação Brasileira de Profissionais de Áudio - ABPAudio	
Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de Pernambuco - SINDIMUPE			
Sindicato dos Profissionais da Dança do Estado do Rio de Janeiro - SPDRJ			
Associação Profissional dos Trabalhadores no Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Nacional - ASPHAN			
União Brasileira de Escritores - UBE			
Associação dos Servidores do Ministério da Cultura - ASMINC			
Plano Misto Sanaça	CV	Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. - Sanaça	2004.0026-38
Plano SinMed/RJ	CD	Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro	2005.0007-11

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Plano	Tipo	Patrocinadores ou Instituidores	CNPB
Plano CROprev	CD	Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro	2005.0004-11
		Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte - CRO/RN	
		Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco - CRO/PE	
		Conselho Regional de Odontologia de Paraná - CRO/PR	
		Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul - CRO/RS	
		Conselho Regional de Odontologia do Amazonas- CRO/AM	
		Conselho Regional de Odontologia do Ceará - CRO/CE	
		Associação Brasileira de Odontologia do Paraná - ABO/PR	
		(*) Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal - CRO/DF	
Plano Manguinhos	CD	(*) Refinaria de Manguinhos	2005.0019-29
Plano FIEPEprev	CD	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE	2005.0065-56
		Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi – IEL/PE	
		Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Estado de Pernambuco – SESI/PE	
		Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado de Pernambuco – SENAI/PE.	
Plano TERMOprev	CD	Ibiritermô S.A.	2006.0005-11
Plano CRAprev	CD	CRA/ES - Conselho Regional de Administração do Espírito Santo.	2006.0012-56
		CRA/SC - Conselho Regional de Administração de Santa Catarina.	
		Conselho Regional de Administração de Minas Gerais – CRA/MG	
		Conselho Regional de Administração de Alagoas – CRA/AL	
		Conselho Regional de Administração de Pernambuco – CRA/PE	
		Conselho Regional de Administração da Bahia – CRA/BA	
		Conselho Regional de Administração de Goiás – CRA/GO	
		Conselho Regional de Administração do Distrito Federal – CRA/DF	
		Conselho Regional de Administração do Paraná – CRA/PR	
		Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Norte – CRA/RN	
Conselho Regional de Administração do Piauí – CRA/PI			
Plano ADUANAPrev	CD	Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado de Minas Gerais.	2007.0039-29
Plano ANAPARprev	CD	Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão – ANAPAR	2008.0008-18
		Sindicato dos Trabalhadores Portuários, Portuários Avulsos e com vínculo empregatício nos Portos do Estado do Espírito Santo	
		Sindicatos dos Portuários Avulsos de Capatazia, Arrumadores e dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em geral do Estado do Espírito Santo	
		Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos do Espírito Santo	
		Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estivas de Minérios do Espírito Santo	
		Associação Beneficente dos Aposentados da COPENE-ABACO/POLO	



FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Plano	Tipo	Patrocinadores ou Instituidores	CNPB
Plano PREVITTEL	CD	Sindicato dos trabalhadores em empresas de telecomunicações, transmissão de dados e correio eletrônico, telefonia móvel celular, serviços troncalizados de comunicação, radiochamadas, telemarketing, projeto, construção, instalação e operação de equipamento e meios físicos de transmissão de sinal, similares e operadores de mesas telefônicas no Estado do Rio de Janeiro – Sinttel-Rio.	2008.0015-41
Plano UNIMED-BH	CD	(**) Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	2008.0019-38
Plano de Previdência do Cooperado	CD	(**) Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	2008.0020-47
		Sicoob-Credicom – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo e	
		(**) Profissionais da Área de Saúde de Belo Horizonte e Cidades Polo de Minas Gerais.	
Plano PTAprev	CD	Unimed Fortaleza – Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	2008.0027-56
		Companhia Petroquímica de Pernambuco – Petroquímica Suape Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco – CITEPE	
Plano PrevFIEPA	CD	Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA	2008.0031-83
		Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi – IEL/PA	
		Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Estado do Pará – SESI/PA	
		Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado do Pará – SENAI/PA.	
Plano PreviContas	CD	Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro – ASTCERJ	2009.0003-74
Plano FENAJprev	CD	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Tocantins	2009.0006-92
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro	
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais	
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo	
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás	
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Pernambuco	
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná	
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul	
Plano TBG	CD	(*) Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG	2009.0014-19
Plano PREV-ESTAT	CD	Conselho Regional de Estatística da 2ª Região - CONRE2 - RJ/ES	2009.0019-74
		Conselho Regional de Estatística da 3ª Região, do Conselho Regional de Estatística da 5ª Região, do Conselho Regional de Estatística da 6ª Região	
		Sociedade Brasileira de Estatística – SBE.	
Plano CRCprev	CD	Conselho Regional de Contabilidade do Ceará	2009.0027-92
Plano Previtália	CD	Associação de Intercâmbio Cultural Italo-Brasileira Anita e Giuseppe Garibaldi	2009.0030-47
		Associação Beneficente Italiana – Abita	
		Associazione Abruzzese di Rio de Janeiro e Espírito Santo	
		Associazione Lucana di Rio de Janeiro Brasil	
Plano PrevFIEA	CD	Associação Laziale Círculo Cultural Sardo Grazia Deledda.	2009.0033-65
		Federação das Indústrias do Estado de Alagoas – FIEA	
		Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi – IEL/AL	
		Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Estado de Alagoas – SESI/AL	
		Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado de Alagoas – SENAI/AL.	

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Plano	Tipo	Patrocinadores ou Instituidores	CNPB
Plano GasPrev	CD	Gás de Alagoas S.A. – ALGÁS	2010.0004-47
		Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS	
		Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	
		Sergipe Gás S.A. – SERGÁS	
		Companhia Paraibana de Gás – PBGás.	
Plano PETRO-RG	CD	Refinaria de Petróleo Rio Grandense S.A.	2010.0015-83
Plano Liquegás	CD	Liquegás Distribuidora S.A.	2010.0025-47
Plano PREVTRAN	CD	Associação dos Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina – ADOTESC	2010.0041-83
		Cooperativa de Crédito Mútuo dos Despachantes de Trânsito de Santa Catarina – CREDITRAN.	
Plano SulgasPrev	CD	Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – SULGÁS	2010.0040-19
Plano EsportePrev	CD	(I) Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro – SAFERJ; (II) Sindicato dos Atletas Profissionais no Estado do Rio Grande do Sul – SIAPERGS; (III) Sindicato dos Atletas de Futebol Profissional do Estado do Rio Grande do Norte – SAFERN; (IV) Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado da Paraíba – SAFEPB; (V) Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Mato Grosso do Sul – SAFEMS; (VI) Sindicato de Atletas Profissionais do Estado de São Paulo – SAPESP.	2010.0056-19
Plano TAPMEPrev	CV	TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A	2012.0038-74

(*) Planos em Retirada

(**) Transferência de Gerenciamento

(***) Plano em encerramento.

a) Plano de benefício definido “Petros”

O Plano Petros foi instituído pela Petrobras em julho de 1970, sendo classificado na modalidade de “benefício definido”, que assegura aos participantes uma suplementação do benefício concedido pela Previdência Social. Em 31 de maio de 2001, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou um critério de rateio do patrimônio do Plano Petros, para fins de implementação do processo de separação das massas de participantes, por plano de benefício das empresas patrocinadoras deste Plano.

Em 9 de agosto de 2002, o Conselho de Administração da Petrobras determinou à Diretoria Executiva que solicitasse a PETROS o fechamento definitivo do Plano Petros do Sistema Petrobras, tendo a Fundação encaminhado, em 30 de outubro de 2002, à Secretaria de Previdência Complementar – SPC, a documentação requerida para a concretização do fechamento do referido plano.



FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Em 18 de dezembro de 2003, a SPC por meio do Ofício nº 2.086 DEPAT/SPC, aprovou o processo de separação das massas do Plano Petros.

O Plano Petros transformou-se nos seguintes planos, todos da modalidade de benefício definido:

Plano Petros Sistema Petrobras – com as seguintes patrocinadoras: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras); Petrobras Distribuidora S.A. (BR); Petrobras Química S.A. (Petroquisa), incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. em 27 de janeiro de 2012; Refinaria Alberto Pasqualine S.A. (Refap), transferido a Petróleo Brasileiro S.A., os bens tangíveis e intangíveis, incluindo os contratos de trabalho dos empregados, em contrato celebrado em 31 de julho de 2012, e Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS. Em 14 de dezembro de 2012, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC aprovou o novo processo de Repactuação do Plano Petros do Sistema Petrobras, cujas novas regras passaram a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2013.

Dessa forma, os efeitos da Repactuação foram incorporados nas provisões matemáticas do Plano em janeiro/2013.

Plano Petros Ultrafertil – patrocinadoras: Ultrafertil S.A., Araucária Nitrogenados S.A. e Vale Fertilizantes S.A. Em decorrência da cisão parcial da patrocinadora Ultrafertil S.A., as empresas Vale Fertilizantes S.A. (atual denominação da Mineração Naque S.A.) e Araucária Nitrogenados S.A., absorveram parcelas do patrimônio da Ultrafertil S.A. e sucederam nos direitos e obrigações que lhes foram transferidos, conforme Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias das referidas empresas, de 14 de maio de 2012, e Instrumentos Particulares de Protocolo e Justificação de Incorporações e Cisão Parcial.

Plano Petros Braskem – patrocinadora: Braskem S.A. A Patrocinadora Braskem requereu retirada de patrocínio do Plano Petros Braskem a partir de 30 de setembro de 2005, tendo o processo aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, conforme Despacho da Diretoria nº 48, de 29 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2009. O Plano Petros Braskem encontra-se em processo de extinção.

Plano Petros Copesul – patrocinadora: Braskem S.A. A Patrocinadora Companhia Petroquímica do Sul – Copesul foi incorporada pela Ipiranga Petroquímica S.A., em 11 de setembro de 2008, e esta foi incorporada pela Braskem S.A. em 30 de setembro de 2008. A Braskem solicitou retirada de patrocínio, conforme carta de 29 de julho de 2010 e suspendeu as contribuições dos participantes e da patrocinadora ao plano, a partir da competência de agosto de 2010.

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

O processo de retirada de patrocínio do Plano Petros Copesul foi homologado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme Portaria nº 556, de 1º de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 2 de outubro de 2012.

Plano Petros Lanxess – patrocinadora: Lanxess Elastômeros do Brasil S.A. A patrocinadora Petroflex – Indústria e Comércio S.A. foi adquirida pelo Grupo Lanxess, resultando na alteração da razão social daquela empresa, a partir de 15 de janeiro de 2009, para Lanxess Elastômeros do Brasil S.A. Em 14 de dezembro de 2009, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 3.224, de 11 de dezembro de 2009, aprovando a alteração do nome do Plano Petros Petroflex para Plano Petros Lanxess.

Plano Petros PQU – patrocinadora: Quattor Participações S.A. A Patrocinadora Petroquímica União S.A. – PQU teve sua denominação alterada para Quattor Químicos Básicos S.A. em 23 de janeiro de 2009. A Quattor Químicos Básicos S.A. foi incorporada pela Polietilenos União S.A., em 30 de setembro de 2009, e esta teve sua denominação alterada para Quattor Química S.A. A Patrocinadora Quattor Química S.A. requereu a retirada de patrocínio do Plano Petros PQU, a partir de 30 de setembro de 2009, data a partir da qual foram suspensas as contribuições dos participantes e da patrocinadora do plano. Em 1º de setembro de 2010, a Quattor Química S.A. foi incorporada pela Quattor Participações S.A., tornando-se sucessora legal da Quattor Química S.A. A Quattor Participações S.A. teve sua denominação social alterada para Braskem Qpar S.A. em 05 de dezembro de 2011.

O processo de retirada de patrocínio do Plano Petros PQU foi homologado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme Portaria nº 424, de 03 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 06 de agosto de 2012.

Plano Petros Nitriflex/Lanxess – patrocinadoras: Nitriflex S.A. Indústria e Comércio e DSM – Elastômeros Brasil Ltda. A Patrocinadora DSM Elastômeros Brasil Ltda. foi incorporada pela Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda. em 31 de dezembro de 2011. Em decorrência, o Plano Nitriflex/DSM passará a ser denominado Plano Petros Nitriflex/Lanxess, conforme Portaria nº 516, de 25 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 26 de setembro de 2014.



FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

b) Plano de contribuição variável “Petros 2”

Em 22 de junho de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 1.946/SPC/DETEC/CGAF, aprovou o Plano Petros 2, conforme Portaria nº 1.238, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2007. O Plano Petros 2 é um plano do tipo “Contribuição Variável”, tendo em vista que o benefício programável por ele assegurado reúne características dos tipos “Contribuição Definida”, na fase de acumulação das contribuições, e de “Benefício Definido”, na determinação do valor assegurado e na fase de percepção do benefício, conforme previsto na legislação vigente.

O Plano Petros 2 iniciou com as seguintes patrocinadoras:

- Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras;
- Petrobras Distribuidora S.A. – BR;
- Petrobras Química S.A. – Petroquisa, incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. em 27 de janeiro de 2012;
- Refinaria Alberto Pasqualini S.A. – Refap, transferidos a Petróleo Brasileiro S.A. os bens tangíveis e intangíveis, incluindo os contratos de trabalho dos empregados, em contrato celebrado em 31 de julho de 2012;
- Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS.

Posteriormente, foram aprovadas as seguintes adesões ao plano:

- Fafen Energia S.A. – publicação no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2008 da Portaria nº 2.433, de 30 de julho de 2008, incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. em 19 de dezembro de 2011;
- Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. e Ipiranga Asfaltos S.A. – publicação no Diário Oficial da União de 5 de agosto de 2008 da Portaria nº 2.438, de 4 de agosto de 2008. A Patrocinadora Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. teve o seu processo de incorporação pela Petrobras Distribuidora S.A. – BR, concluído em 31 de outubro de 2009. A Patrocinadora Ipiranga Asfaltos S.A. teve sua denominação social alterada para Stratura Asfaltos S.A. em 8 de dezembro de 2011;
- Termorío S.A. – publicação no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2009 da Portaria nº 3.103, de 21 de outubro de 2009, incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. em 19 de dezembro de 2011;
- Termoceará S.A. – publicação no Diário Oficial da União de 6 de novembro de 2009 da Portaria nº 3.137, de 5 de novembro de 2009 - incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. em 2 de abril de 2014;

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

- Termomacaé Ltda., Termelétrica Juiz de Fora S.A e Termobahia S.A. – publicação no Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 2010 das Portarias nº 35,36 e 42, de 3 de fevereiro de 2010. A Patrocinadora Termelétrica Juiz de Fora S.A. foi incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. em 19 de dezembro de 2011;
- Sociedade Fluminense de Energia Ltda. – SFE – publicação no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2011 da Portaria nº 312, de 16 de junho de 2011, incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. em 30 de setembro de 2013;
- Transporte Brasileiro S.A. – Transpetro – publicação no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2011 da Portaria nº 313, de 17 de junho de 2011, com vigência a partir de 1º de dezembro de 2011;
- Termoçu S.A. – publicação no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2011 da Portaria nº 467, de 24 de agosto de 2011 - incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. em 2 de abril de 2014;
- Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG – publicação no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2011 da Portaria nº 649, de 16 de novembro de 2011, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2012;
- Petrobras Biocombustíveis S.A. – publicação no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2012 da Portaria nº 66, de 10 de fevereiro de 2012.

c) Outros planos de contribuição definida e contribuição variável

A PETROS também administra os seguintes os planos de contribuição definida ou variável relacionados a seguir.

Plano Repsol, de Contribuição Definida, aprovado em 27 de setembro de 1999 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC por meio do Ofício nº 671/SPC/COJ, destinado aos empregados e dirigentes da Repsol YPF Brasil S.A. e demais empresas do grupo. O nome do plano foi alterado conforme Portaria nº 490, de 1º de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 05 de julho de 2010. A Patrocinadora Repsol YPF Brasil S.A. teve sua denominação social alterada para Repsol Sinopec Brasil S.A. em 09 de fevereiro de 2011.

Além da Repsol Sinopec Brasil S.A., são patrocinadoras deste plano:

- ALE Combustíveis S.A. – aprovação da adesão da Repsol YPF Distribuidora S.A. pela SPC, em 21 de novembro de 2000, que teve sua denominação social alterada em 19 de dezembro de 2008 para ALE Combustíveis S.A., em decorrência da sua aquisição pela ALESAT Combustíveis S.A. O processo de retirada de patrocínio da ALE Combustíveis S.A. do Plano Repsol foi homologado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme Portaria nº 138, de 20 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 21 de março de 2012, com data-base de retirada de patrocínio fixada em 1º de agosto de 2009;